



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

RICARDO RAMOS DE AZEVEDO LIMA FILHO

**REDE DE ATENÇÃO E SUPORTE À POPULAÇÃO DISSIDENTE DE
GÊNERO E SEXUALIDADE EM JOÃO PESSOA: DIALOGANDO COM
GESTORES**

JOÃO PESSOA
2022

RICARDO RAMOS DE AZEVEDO LIMA FILHO

**REDE DE ATENÇÃO E SUPORTE À POPULAÇÃO DISSIDENTE DE
GÊNERO E SEXUALIDADE EM JOÃO PESSOA: DIALOGANDO COM
GESTORES**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
conclusão do curso de Terapia Ocupacional
da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Orientadora: Prof.^a Dr^a Iara Falleiros Braga

JOÃO PESSOA
2022

**REDE DE ATENÇÃO E SUPORTE À POPULAÇÃO DISSIDENTE DE GÊNERO E
SEXUALIDADE EM JOÃO PESSOA: DIALOGANDO COM GESTORES**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a Conclusão do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba, apreciado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

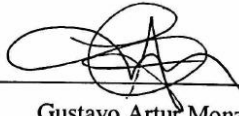
Aprovado em: 07/06/22

COMISSÃO EXAMINADORA



Iara Falleiros Braga

Universidade Federal da Paraíba



Gustavo Artur Monzeli

Universidade Federal da Paraíba



Marina Batista Chaves Azevedo de Souza

Universidade Federal de Sergipe

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas e todos aqueles que acreditam no poder da transformação das realidades por meio da mobilização coletiva.

Aos que lutam por serem quem são, muitas vezes, silenciadas e silenciados.

A todas e todos que vieram antes de mim, para que eu pudesse usufruir dos meus direitos, pois para estar aqui nesse lugar, diversas lutas e embates se deram com aquelas e aqueles. Suas vidas foram primordiais para a minha realidade.

Aos que acreditam nos desejos de um mundo melhor, com mais oportunidades, respeito e empatia para todas e todos.

Aos que se esforçam em seus cotidianos em prol da resistência e existência dos que mais sofrem e necessitam.

A todas e todos que compõem e lutam dentro e fora do Movimento LGBTQ+.

Dedico também para aqueles e aquelas que são descrentes de tudo o que foi supracitado, e que tenham oportunidades de vivenciar, um dia, o nosso lado e a nossa luta.

AGRADECIMENTOS

Com Amor, agradeço, primeiramente, a Esú, senhor da comunicação, do mercado e das boas trocas, aquele que traz a mutabilidade como a única certeza da vida e Osun, minha mãe transformadora e transmutadora de Tudo, aquela que me faz ter certeza de quem eu sou e que vem me ensinando o meu autoamor em todas as áreas de minha vida. Agradeço também a todos os Orixás, Encantados, Espíritos e Entidades (Tranca Rua das 7 Encruzilhadas, Maria Padilha das Almas, Caboclo Rompe Mato, Erê, Pai Joaquim entre outros) que nos ajudam, protegem, acolhem e ensinam. Assim como o meu Pai de Santo, Pai Mano D'Oxóssi que me acolhe e me ensina cotidianamente sobre diferentes perspectivas sobre a vida.

Agradeço à minha mãe, Claudia, que sempre esteve comigo em todos os momentos, fazendo tudo o que está ao seu alcance para que seja possível termos o nosso melhor. Uma mulher que traz inspiração de força e garra, além de beleza.

Meus irmãos, Thiago e Gustavo, que constituem nossa família e com seus grandes corações e sentido de partilha, mostram em coisas simples, princípios e respeito.

Minha Avó, Marta, que amo de paixão e é uma segunda mãe para mim e a quem amo profundamente.

Meu Pai, Ricardo, que apesar dos problemas de relacionamento, me apoiou em todas as minhas decisões de vida e me respeita como um filho que sabe o que quer da vida.

Meu noivo, Jefferson, que acompanhou e acompanha toda a minha trajetória acadêmica e pessoal, com o seu apoio, afeto e cumplicidade, sempre me incentivando a continuar.

Minhas amigas inseparáveis, Conceição e Priscila, a quem amo e passamos juntos momentos importantes de nossas vidas, sempre nos apoiando em tudo.

Minhas mais que professoras Iara, Bárbara, Marília e Clarice que muitas vezes acolheram em diversas necessidades, com paciência, e cujos laços são para além da universidade.

Ao Projeto ResisTO e meus colegas de extensão/pesquisa que mudaram a minha vida de forma bastante significativa e que moldou grande parte da minha trajetória acadêmica e pessoal, foram anos de aprendizado coletivo que não se encerrarão por aqui.

Aos meus amigos e amigas, companheiros e companheiras, que perto ou longe, nos ajudam a caminhar com mais alegria e serenidade. Destaco: Conceição, Priscila, Lissa, Maria Clara, Ester, Cleiton, Janira, Neto, entre outros.

A meus irmãos e irmãs de santo, que sempre estão por perto me acolhendo e me ajudando quando necessário.

A todas e todos que contribuíram de alguma forma para este trabalho e/ou construção de vivências para além dele.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso descreveu e discutiu sobre os serviços que compõe a rede social de suporte voltada à população dissidente de gêneros e sexualidades do município de João Pessoa, identificando possíveis articulações, potências e desafios através da ótica dos gestores envolvidos. Ressalta-se a importância da construção e/ou fortalecimento de redes sociais de suporte no contexto desses sujeitos, pois estas são capazes de fortalecer laços de proteção para a garantia dos direitos, bem como responder melhor à complexidade das demandas trazidas pela violência perpetrada contra essa população, buscando-se amenizar os fatores de vulnerabilidade aos quais estão expostos, com vistas à sua maior autonomia e outras possibilidades de participação social. Para seu desenvolvimento foi realizada uma pesquisa de campo com os gestores dos serviços/ações que compõem a rede social de suporte voltadas à essa população. Para a produção de dados foi utilizada a técnica de entrevista com roteiro semiestruturado. Para análise dos dados das entrevistas utilizou-se o método de análise de conteúdo, na modalidade categorial. A partir da análise, extraiu-se 3 categorias temáticas: Categoria 1: Apresentando uma rede em construção: Descrevendo serviços e ações. Categoria 2: Rede em fortalecimento: avanços da política pública voltada à população LGBTQIAP+ no Estado da Paraíba e Categoria 3: “Os nossos grandes entraves se dão pela LGBTfobia institucional”: desafios para o fortalecimento e articulação da rede interinstitucional voltada à população LGBTQIAP+ no Estado da Paraíba. Identifica-se que existe uma rede que conquistou avanços importantes nos últimos 2 anos, onde existem articulações com os governos municipal e estadual, dispostos a compreender a política e as particularidades da população dissidente. Evidencia-se a formalização de uma rede estadual de enfrentamento à LGBTfobia (*Help*). A articulação entre os diversos setores, como: saúde, educação e assistência social é realizada tanto no âmbito municipal, quanto estadual; Os serviços possuem gestores ativistas e engajados em fortalecer essa rede; Existe um diálogo forte entre as gestões e os movimentos sociais, bem como, existe um bom diálogo com prefeito (no caso dos serviços municipais) e governador (no caso dos serviços estaduais).

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Apoio Social; Rede Social de Suporte; Cidadania

ABSTRACT

This course conclusion work described and discussed the services that make up the social support network aimed at the dissident population of genders and sexualities in the city of João Pessoa, identifying possible articulations, powers and challenges through the perspective of the involved managers. importance of building and/or strengthening social support networks in the context of these subjects, as they are able to strengthen protective ties to guarantee rights, as well as better respond to the complexity of the demands brought about by the violence perpetrated against this population, seeking to to mitigate the vulnerability factors to which they are exposed, with a view to their greater autonomy and other possibilities for social participation. For its development, a field research was carried out with the managers of the services/actions that make up the social support network aimed at this population. For the production of data, the interview technique with a semi-structured script was used. To analyze the data from the interviews, the method of content analysis was used, in the categorical modality. From the analysis, 3 thematic categories were extracted: Category 1: Introducing a network under construction: Describing services and actions. Category 2: Strengthening network: advances in public policy aimed at the LGBTQIAP+ population in the State of Paraíba and Category 3: “Our major obstacles are due to institutional LGBTphobia”: challenges for the strengthening and articulation of the inter-institutional network aimed at the LGBTQIAP+ population in the State from Paraíba. It is identified that there is a network that has achieved important advances in the last 2 years, where there are articulations with the municipal and state governments, willing to understand the politics and the particularities of the dissident population. The formalization of a state network to combat LGBTphobia (Help) is evident. The articulation between the different sectors, such as: health, education and social assistance is carried out both at the municipal and state levels; The services have activist managers engaged in strengthening this network; There is a strong dialogue between managements and social movements, as well as a good dialogue with the mayor (in the case of municipal services) and governor (in the case of state services).

Keywords: Gender; Sexuality; Social support; Social Support Network; Citizenship

LISTA DE ABREVIATURAS

ASTRAPA – Associação de Travestis e Transexuais da Paraíba.

CAGEPA – Companhia de Água e Esgotos da Paraíba.

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial.

CCLGBT – Centro de Cidadania LGBT.

CCS – Centro de Ciências da Saúde.

CEDLGBT - Conselho Estadual dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais da Paraíba.

CEDM – Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

CEHAP – Companhia Estadual de Habitação Popular.

CENDAC- Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente.

CNH – Carteira Nacional de Habilitação.

CRAS- Centros de Referência da Assistência Social.

CRS - Cirurgias de Redesignação Sexual

CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

DECRADI – Delegacia de Crimes Raciais e Crimes de Intolerância.

DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito.

EAD – Educação à Distância.

FCM – Faculdade de Ciências Médicas.

FUNAD – Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência.

GAJU – Grupo de Apoio Jurídico e Universitário de Santa Rita.

GGB - Grupo Gay da Bahia.

GRI – Imunodeficiência Gay Adquirida.

HELP – Rede Estadual de Combate a LGBTfobia.

HIV/AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.

JP- João Pessoa.

LGBTQIAP+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Outros.

MEL – Movimento do Espírito Lilás.

MHB – Movimento Homossexual Brasileiro.

ONGS – Organizações Não Governamentais.

PB – Paraíba.

PETRIS – Coletivo de Homens Trans.

PL – Projeto de Lei.

PNE – Plano Nacional de Educação.

PNPCDH – LGBT – Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

PT – Partido dos Trabalhadores.

SEAP – Secretaria de Administração Penitenciária.

SEMDH – Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana.

SINE – Sistema Nacional de Empregos.

SP – São Paulo.

STF – Supremo Tribunal Federal.

STJ – Superior Tribunal de Justiça.

SUS – Sistema Único de Saúde.

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

TT – Trans e Travesti.

UFPB – Universidade Federal da Paraíba.

UNIFE – Centro Universitário de João Pessoa.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Ferramentas Jurídicas Estaduais 25.

Quadro 2 - Ferramentas Jurídicas Municipais 25-26.

Quadro 3 – Caracterização dos participantes da pesquisa de acordo com sua identidade de gênero, sexualidade, raça, formação profissional e função exercida no serviço 33-34.

Gráfico 1: Esquema de Serviços que compõem a Rede “HELP”. 40.

Esquema da Rede Estadual de Serviços da População LGBT..... 54.

Esquema da Rede Municipal de Serviços da População LGBT.....55.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732r Lima Filho, Ricardo Ramos de Azevedo.
Rede de atenção e suporte à população dissidente de
gênero e sexualidade em João Pessoa : dialogando com
gestores / Ricardo Ramos de Azevedo Lima Filho. - João
Pessoa, 2022.
72 f. : il.

Orientação : Iara Falleiros Braga Braga.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCS.

1. Gênero. 2. Sexualidade. 3. Apoio Social. 4. Rede
Social de Suporte. 5. Cidadania. I. Braga, Iara
Falleiros Braga. II. Título.

UFPB/CCS

CDU 347.156

SUMÁRIO

Sumário

1	INTRODUÇÃO	15
2	OBJETIVOS	29
2.1	<i>OBJETIVO GERAL</i>	29
3	METODOLOGIA	30
3.3	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	32
3.4	<i>PROCEDIMENTO PARA ANÁLISE DOS DADOS</i>	32
3.5.1	<i>Critérios de Inclusão</i>	33
3.6	<i>ASPECTOS ÉTICOS</i>	33
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	35
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
6	REFERÊNCIAS	68

EPIGRAFE

“Esù, a criança que brinca no mercado.”

“É preciso brincar com a vida; é preciso se divertir com as trocas no mercado de Èsù.”

Sidney Nogueira

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso é um desdobramento de uma pesquisa de Iniciação Científica que buscou conhecer, analisar e discutir a rede social de suporte da população dissidente de gênero e sexualidade no município de João Pessoa/PB, na ótica dos gestores dos serviços desse município, como espaços em lutas pela garantia dos direitos sociais da população LGBTQIAP+¹ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Outros) na Paraíba.

Esse estudo surge a partir da necessidade de aprofundar a compreensão acerca da construção da rede social de suporte para a população dissidente de gênero e sexualidade em João Pessoa, bem como, a implementação de políticas públicas e cumprimento das políticas já preconizadas. Ressalta-se a importância da divulgação dessa rede de suporte, principalmente para possibilitar maior aproximação entre os serviços e a população LGBTQIAP+ do município, de forma a articular e universalizar medidas e estratégias para a garantia de direitos e cidadania da referida população.

No entanto, cabe ressaltar algumas limitações encontradas durante a realização da pesquisa de Iniciação Científica, sobretudo a ocorrência da pandemia de Covid-19, que provocou a interrupção do contato e aproximação com alguns serviços da rede e gestores, dificultando o aprofundamento dos objetivos da pesquisa.

1.1 VIOLAÇÕES DE DIREITOS E A ARTICULAÇÃO DA REDE SOCIAL DE SUPORTE COMO FORMA DE ENFRENTAMENTO

Com relação à violência que essa população sofre, resalta-se que há uma subnotificação dos dados oficiais no Brasil, no entanto, o Grupo Gay da Bahia (GGB) há mais de 40 anos tem coletado estatísticas sobre assassinatos de LGBTQIAP+¹. O Grupo registrou um aumento de 30% nos homicídios de LGBTs em 2019 em relação a 2018, passando de 343 para 445 mortes. Segundo o levantamento, a cada 19 horas um LGBT é assassinado ou se suicida vítima da LGBTfobia (diversas formas de agredir pessoas que não são heterossexuais ou cisgêneras, seja verbalmente, fisicamente ou psicologicamente), o que faz do Brasil o país que mais comete esse tipo de crime. O maior número dos assassinatos (56%) ocorreu em via pública, mas também é grande o número de crimes que foram registrados dentro da casa das vítimas: 37%, segundo o

¹ Neste trabalho será adotada esta nomenclatura pois é a que está sendo utilizada pela maioria dos serviços voltados à esta população na Paraíba.

levantamento. A pesquisa mostra, ainda, que em geral esses crimes ficam sem punição. A cada quatro homicídios o criminoso foi identificado em menos de 25% das vezes. Além disso, menos de 10% das ocorrências resultaram em abertura de processo e punição dos assassinos (GGB, 2019).

O responsável pela sistematização do banco de dados do site “Quem a homotransfobia matou hoje”, Eduardo Michels, afirma que 99% destes homicídios contra LBGTQIAP+ têm como agravante seja a LGBTfobia individual, quando o assassino tem mal resolvida sua própria sexualidade ou identidade de gênero; seja a LGBTfobia cultural, que se configura como violência contra lésbicas, gays, trans e toda a comunidade dissidente de gênero e sexualidade (GGB, 2019).

Além dos homicídios, são incluídos também os suicídios de dissidentes de gênero e sexualidade nas mortes causadas pela LGBTfobia. É justificada essa inclusão pelo fato de pesquisas internacionais revelarem que a taxa de suicídios dentro do segmento LBGTQIAP+, sobretudo entre jovens, é significativamente mais alta do que entre heterossexuais: “jovens rejeitados por sua família por serem LGBT têm 8,4 vezes mais chances de tentarem suicídio” e “lésbicas, gays e bissexuais adolescentes têm até cinco vezes mais chances de se matarem do que seus colegas heterossexuais” (GGB, 2019, p.37).

Em termos relativos, a Paraíba e sua respectiva capital, João Pessoa, são locais que possuem dados alarmantes de violência letal contra a população LBGTQIAP+. “Enquanto no Brasil como um todo, os LGBT+ assassinados representam 1,6 de cada um milhão de habitantes, na Paraíba esse risco sobe para 4,5” (GGB, 2015, p.31). Em 2014, João Pessoa era a capital brasileira mais perigosa para essa população, e hoje ocupa o 5º lugar (GGB, 2019).

Esses dados podem representar apenas a ponta de um iceberg de violência, já que a subnotificação destes crimes é incontestável. O banco de dados é construído a partir de notícias de jornal e internet e segundo o grupo GGB, são raras as informações enviadas pelas mais de trezentas ONGS (Organizações Não Governamentais) LBGTQIAP+ brasileiras. A realidade, principalmente no último ano, devido à atual conjuntura político-social brasileira certamente deve ultrapassar essas estimativas (GGB, 2015).

Quando se percebe a existência de policiais e delegados cada vez mais, sem provas e sem base teórica, descartarem preconceituosamente a presença de LGBTfobia em muitos “homicídios”, percebe-se também a fragilidade da rede social de suporte da população LBGTQIAP+ e de suas práticas. Na área da saúde também existem dados acerca da falta de capacitação de diversos profissionais, falta de matriciamento na rede ou simplesmente o preconceito de profissionais e outros usuários contra a população LBGTQIAP+ (GGB, 2015).

Postas tais questões, ressalta-se a importância da construção e/ou fortalecimento de redes sociais de suporte no contexto desses sujeitos e coletivos, como estratégia de acesso aos direitos, bem como, para responder melhor à complexidade das demandas advindas das violências vivenciadas, podendo construir e produzir, a partir das relações estabelecidas, novas possibilidades e modos de viver, com vistas à sua maior autonomia e outras possibilidades de participação social (DESLANDES, 2006; CASTEL, 1997).

De acordo com Galvani (2008), as redes sociais de suporte são tecidas pelas diversas relações estabelecidas pelos sujeitos, elas são dinâmicas e se tecem, podendo ser frágeis e facilmente rompidas (GALVANI, 2008).

A forma de funcionamento da rede de suporte se configura a partir da estruturação de um sistema de ações e serviços, na qual cada um, a partir da sua esfera de atuação, realiza de forma articulada o fortalecimento dos vínculos, das relações afetivas e/ou materiais, das relações desenvolvidas nos territórios e nos espaços de circulação de grupos e coletivos (GALVANI, 2008).

A existência e articulação das redes sociais de suporte pode contribuir para a elaboração do sentido de pertencimento de sujeitos e coletivos, possibilitando formas de proteção e fortalecimento, ampliando assim as oportunidades e possibilidades de participação na vida social (GALVANI, 2008).

Para Robert Castel (1994), a dinâmica atual dos processos de marginalização envolvem uma fragilização no trabalho e suas relações e o vínculo social. A estabilidade nestes dois eixos proporciona uma situação de integração do indivíduo; a fragilização de algum destes eixos desemboca em situações de vulnerabilidade social, associando a precarização do trabalho e a fragilidade relacional; quando se rompe com estes eixos estruturantes o indivíduo encontra-se em um processo de desfiliação, como consequência da crise contemporânea em torno das relações de trabalho (e o alto índice de desemprego) e definiria um movimento que levaria o sujeito de um polo de inclusão social (com moradia, com saúde e com trabalho) para uma situação de perdas de direitos sociais e de progressivas rupturas de redes sociais (CASTEL, 1994).

O acesso e qualidade dos serviços públicos, relacionam-se à existência das desigualdades sociais, a exemplo da desigualdade de gênero e sexualidade, que vai se expandindo para além das diferenças entre as identidades, considerando também as categorias LGBTQIAP+ (FERRAZ; KRAICZYK, 2010).

Essas desigualdades se materializam em um conjunto de violências capazes de interferir e modificar os modos de vida dos sujeitos e coletivos, de forma direta ou indireta. No

enfrentamento e na diminuição dos obstáculos impostos ao acesso nos serviços, foram instituídas, no Brasil, políticas, leis e diretrizes federais, estaduais e municipais, ficando a cargo das secretarias estaduais e principalmente municipais a definição das estratégias e do plano de ação para suas implementações, a partir da identificação das necessidades da população LGBTQIAP+ em cada município (BRASIL, 2011).

1.2 HISTÓRICO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBT NO BRASIL PARA A FORMAÇÃO DE REDES

A história da configuração do grupo e movimento social composto de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e outros (LGBTQIAP+) no Brasil remete inicialmente à década de 1970, com o movimento homossexual brasileiro (MHB). Inicialmente, o objetivo do MHB era ressignificar a percepção de que os homossexuais eram seres anormais simplesmente devido à sua orientação sexual que divergia de um padrão (SAMPALIO, 2014).

Esse movimento foi composto de homens homossexuais e, ao longo dos anos, introduziu outros atores, como as mulheres lésbicas em meados da década de 1980 e os bissexuais, transexuais e travestis a partir da década de 1990, dando forma ao atual grupo LGBTQIAP+. O ponto que une esses sujeitos integrantes do segmento é a ruptura com o padrão heteronormativo, ainda que cada segmento que compõe o grupo possua suas próprias demandas e especificidades (FACCHINI, 2002).

A patologização dos comportamentos e desejos homoeróticos deve ser entendida como consequência do processo mais amplo de patologização das sexualidades dissidentes. Na medida em que o conceito de instinto se torna central, a partir da metade do século XIX, qualquer desvio de seu curso “normal”, ou seja, o direcionamento heterossexual, passa a ser objeto de diagnóstico, trazendo força para o movimento de patologização da homossexualidade (GARCIA, 2019).

Com o início da epidemia do HIV/AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) no Brasil na década de 1980, a população homossexual foi duramente impactada. No início do surto, dois em cada cinco infectados tinham relações sexuais frequentes com outros homens, levando a doença a ser primeiramente nomeada Imunodeficiência Gay Adquirida (GRI) (MIKOLSKI, 2009).

Mesmo depois de ser renomeada de AIDS, o estigma ocasionado pela relação entre a doença e a homossexualidade continuou levando autores a caracterizarem o período do surto como uma repatologização da homossexualidade (MISKOLCI, 2011). Esse cenário também

possibilitou um aumento da visibilidade pública da homossexualidade. Observada a demora do governo em realizar medidas para combate do surto, o MHB realizou parcerias com o Estado, objetivando garantir uma melhor assistência à população homossexual, tornando o Brasil um país de referência no trato com o HIV/AIDS (SAMPAIO, 2014).

Durante a década de 1990, os LGBTs reivindicaram ao poder Legislativo medidas para garantia dos seus direitos de cidadania, mas apenas no início dos anos 2000 suas demandas começaram a chegar à agenda governamental. Nesse cenário, mais especificamente no ano de 2004, durante o governo do Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, surgiu uma relevante conquista do grupo: a promulgação do programa Brasil sem Homofobia, implementado com o objetivo de promover a cidadania homossexual e combater a homofobia (BRASIL, 2008; MELLO, 2012).

O Programa Brasil Sem Homofobia foi lançado em 2004, a partir de diversas discussões entre o Governo Federal e a sociedade civil organizada (Organizações Não-Governamentais, movimentos sociais, entre outras), com o objetivo de promover a cidadania e os direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTQIAP+), a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação.

Dentre os objetivos do programa, podemos elencar três principais:

“O apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania LGBT e/ou no combate à homofobia; A capacitação em direitos humanos para profissionais e representantes do movimento LGBT que atuam na defesa de direitos humanos, saúde e educação; A disseminação de informações sobre direitos, de promoção da autoestima LGBT; incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos da população LGBT” (BRASIL, 2004).

Apesar do impacto que o programa causou e de sua relevância para o processo de garantia dos direitos de cidadania para a população dissidente de gênero e sexualidade, este não atingiu de modo satisfatório seus propósitos no país, suscitando a convocação da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em 2008, para discutir medidas para efetivação do programa. Esta conferência teve como resultado a promulgação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNPCDH-LGBT) em 2009, que não chegou a ser formalizado por meio de decreto ou portaria (BRASIL, 2009). Também teve como resultado a formulação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, em 2011, visando à promoção da saúde desses atores e à capacitação dos profissionais para lidar com a população LGBT (BRASIL, 2008).

Por outro lado, o Poder Judiciário foi responsável pelos principais avanços em termos de cidadania para a população LGBTQIAP+, como o reconhecimento da união civil pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), em 2011; o estabelecimento do casamento homoafetivo pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2013; e a decisão pela não necessidade de laudos médicos para a alteração do nome e do registro de nascimento (utilização do nome social), também pelo STF, em 2018 (TOITIO, 2016).

Em paralelo ao reconhecimento pelo STF da legalidade da união civil homoafetiva, em 2011, parlamentares e lideranças conservadoras no Congresso Nacional se mobilizaram contra as políticas sexuais em curso (TOITIO, 2016). Sua mobilização central constituiu-se na campanha contra o “kit gay” (assim denominado por essa bancada conservadora), em referência aos materiais preliminares do Programa Escola sem Homofobia, que seriam utilizados como material didático nas escolas. Recorrendo a protestos parlamentares e à chantagem de não abrir inquérito contra o então Ministro da Casa Civil, Antonio Palocci (PT/SP), os grupos conservadores determinaram que o governo chefiado pela Ex-Presidente Dilma Rousseff, recuasse na proposição.

No ano seguinte, em 2014, houve uma forte articulação de grupos e lideranças conservadoras no Congresso Nacional em torno da tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE), que foi aprovado sem a inclusão dos debates sobre “identidade de gênero” e “orientação sexual”. Foi a partir deste momento que o discurso da “ideologia de gênero” (citado por essa bancada de forma pejorativa) passou a ser replicado de forma generalizada nas disputas legislativas (ARAGUSUKU, 2018; MIGUEL, 2016). De forma simplificada, este conceito apresenta que os desenvolvimentos acadêmicos vindos dos estudos feministas e LGBTs são conhecimentos “ideológicos” e, conseqüentemente, falsos; em contrapartida a uma verdade biológica ou mesmo bíblica (JUNQUEIRA, 2017; MACHADO, 2018).

Como resultado dos mencionados recuos no PNE, no ano seguinte, em 2015, diversos grupos conservadores lotaram as Câmaras de Vereadores e as Assembleias Legislativas de todo o país para a votação dos Planos Municipais e Estaduais de Educação. Esses grupos gritavam palavras de ordem, como “em defesa da família” e “contra a doutrinação nas escolas”, pressionando e conseqüentemente influenciando decisivamente o posicionamento de muitos parlamentares nas votações dos planos de educação municipais e estaduais.

Apesar disso, houve um processo de relativa continuidade, com a realização da 2ª Conferência Nacional LGBT, em 2011; a publicação dos Relatórios sobre Violência Homofóbica no Brasil (2011 e 2012); a criação do Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência Contra LGBT, em 2013, e da Comissão Interministerial de

Enfrentamento à Violência Contra LGBT, em 2015; além da publicação de outras portarias e ações menores.

Antes do Golpe em decorrência do impeachment da Ex-Presidente Dilma Rousseff, tivemos ainda a execução de duas ações direcionadas aos direitos LGBTs, apresentadas de forma simbólica há poucos dias da queda do governo: (I) a realização da 3ª Conferência de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, de 24 a 27 de abril de 2016, dentro das Conferências Conjuntas de Direitos Humanos; e (II) a publicação do decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal (FEITOSA, 2017).

Trazendo para a perspectiva da implantação dessas políticas específicas no Brasil, Feitosa (2017), por exemplo, discute sobre os enredos da constituição da política pública de direitos humanos LGBT a partir do Centro Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco. Neste estudo, ele aponta que os principais desafios encontrados pelas políticas públicas LGBT em Pernambuco são a cultura preconceituosa, machista e homofóbica desse território, a ausência de legislações específicas para a população LGBT, e a escassez de políticas educacionais, de recursos orçamentários, de uma política de Estado e de prioridade política na agenda governamental (FEITOSA, 2017).

Aragusuku (2018) traz exemplos de que algumas leis de assistência à população LGBTQIAP+ que foram aprovadas no Mato Grosso, porém apenas em nível municipal. Os projetos de leis de abrangência estadual não conseguiram avançar na Assembleia Legislativa do Mato Grosso - a exemplo do Projeto de Lei nº 760/2007 e da PL nº 117/2008, que versavam sobre a criação do dia estadual de combate à homofobia e da criminalização da homofobia, respectivamente.

De acordo com Pereira (2017), a escassez de recursos materiais e simbólicos, vinculada à violência encarada pelo segmento, dificultam a formulação e execução da política pública voltada para a população LGBTQIAP+. Assim, o que se percebe nesse cenário é a super-representação de segmentos e interesses em detrimento de grupos excluídos. De acordo com o autor, esse fenômeno está ligado intimamente à falta de medidas assistenciais e pode ser apontado como causa da falta de efetividade das políticas já anunciadas.

As políticas públicas voltadas para a população LGBTQIAP+ são essenciais para a concretização da cidadania e dos direitos destes. Mello, Avelar e Maroja (2012, p.410) enunciam:

[...] o governo, a sociedade civil e outras atrizes sociais vêm enfrentando o desafio da garantia de direitos humanos e de cidadania para pessoas LGBT, que ainda são vistas por muitos como sujeitos não legítimos para reivindicar direitos na arena política ou até mesmo como não humanos o suficiente para terem sua integridade física, autonomia moral e liberdade existencial protegidas pelo Estado.

A discussão referente a história das políticas públicas LGBTs a nível nacional são fundamentais para o entendimento histórico e político da constituição destas, assim como os esforços dos movimentos e organizações sociais para a formação e implementação destas políticas em seus estados e municípios. A cidadania da população LGBTQIA+ é construída e destruída cotidianamente através de movimentos históricos-políticos que precisam ser analisados, para que se consiga pensar em estratégias de criação e fortalecimento de redes sociais de suporte desta população. É um desafio para os serviços voltados à população dissidente de gêneros e sexualidades e organizações sociais que se garantem por meio dessas políticas públicas tão necessárias e atacadas desde sempre, principalmente nos últimos anos.

1.3 E NA PARAÍBA?

Na Paraíba, um fator importante para a implementação das políticas estaduais e municipais foi o programa nacional “Brasil sem Homofobia”, outro fator relevante foi o contexto político, tanto do estado da Paraíba, e do município de João Pessoa, contribuíram bastante para a implementação dessas políticas públicas e do amplo debate com a sociedade civil e movimentos sociais sobre esses temas (BRASIL, 2019). Além desse contexto político, os movimentos sociais paraibanos tiveram grande relevância para pensar e criar estratégias para implementação de serviços específicos para a população dissidente de gênero e sexualidade, assim como, leis e decretos voltados à cidadania e garantia de direitos para esta população.

É necessário destacar que a Paraíba, já há alguns anos, tem sido percebida como pioneira no Nordeste, no que se refere às políticas voltadas à população LGBTQIAP+, tanto de saúde, como de espaços especializados e pensados para acolhimento dessa população. O Estado possui serviços que são referência nacional e recebe gestores e profissionais de vários estados para observação das vivências da Paraíba, bem como, na solicitação de assessoria para implementação de novas políticas. É possível afirmar que a execução dessas ações e avanços nos serviços não foi influenciada pelo andamento do panorama nacional, porém, tem influenciado esse panorama, principalmente devido ao forte engajamento dos movimentos sociais atuantes no Estado e a partir da iniciativa de políticos que ouviram as necessidades desses movimentos para a formulação das políticas (SOUZA, 2019).

Abaixo, podemos ver a grande quantidade de ferramentas jurídicas estaduais e municipais voltadas ao fortalecimento da política pública voltada à população LGBTQIAP+ da Paraíba e consequentemente, de sua capital, João Pessoa, foco deste estudo.

FERRAMENTAS JURÍDICAS ESTADUAIS
Lei nº 7.309, de 10 de janeiro de 2003 “Proíbe discriminação em virtude de orientação sexual e dá outras providências”.
Decreto N.º 27.604 de 19 de setembro de 2006 – Regulamenta a Lei 7.309 de 10 de janeiro de 2003, e dá outras providências.
Lei 8.185/07, e dá outras providências. Que amplia os direitos previdenciários a casais em união estável, inclusive do mesmo sexo, da Previdência Social do Estado.
Lei N.º 9.318 de 30 de dezembro de 2010 que autoriza o Poder Executivo a instituir no Estado da Paraíba, o Programa “Paraíba sem Homofobia” e dá outras providências.
Decreto N.º 32.159 de 25 de maio de 2011, que dispõe sobre o tratamento nominal e a inclusão e uso do nome social de travestis e transexuais (usuárias/os servidora/o) nos registros estaduais relativos a serviços públicos prestados no âmbito do Poder Executivo Estadual e dá providências correlatas.
Portaria N.º 350/GS/SEAP/2012 que ampliou a visita íntima para casais homoafetivos (em união estável) em estabelecimentos prisionais.
Portaria N.º 567/ GS/ SES/ 2012 - Criação do Comitê Estadual de Saúde Integral da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT.
Portaria nº 41/2009-GS Art.1º “Determinar que todas as Unidades que integram a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humanos, na Capital e no interior do Estado, passem a registrar o nome social de travestis e transexuais em fichas de cadastro, formulários, prontuários e documentos congêneres no atendimento prestado aos usuários dos serviços”.
Lei nº 11.000 de 24 de outubro de 2017: Cria o Conselho Estadual dos Direitos de LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais da Paraíba – CEDLGBT e dá outras providências.

Lei nº 7.901, de 22 de dezembro de 2005 “Institui o Dia Estadual da Diversidade Sexual da Paraíba”.
Lei N.º 9.025 de 30 de dezembro de 2009, que institui o dia 17 de maio como o Dia Estadual De Combate à Homofobia, Lesbofobia e Transfobia na Paraíba.
Lei nº 10.909, de 08 de julho de 2017: Altera a Lei no 7.309, de 10 de janeiro de 2003, para incluir o preconceito em virtude da identidade de gênero como ato discriminatório e dá outras providências
Lei nº 10.895, de 29 de maio de 2017: Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartaz em estabelecimentos comerciais e órgãos públicos, informando que a Lei Estadual nº 7.309/2003 proíbe e pune atos de discriminação em virtude de orientação sexual e dá outras providências.
Lei nº11.829, de 30 de dezembro de 2020: Dispõe sobre infrações administrativas por atos de racismo e homofobia nos equipamentos esportivos e dá outras providências.
Lei nº10.770, de 10 de Novembro de 2016: fica instituída no âmbito do Estado da Paraíba, a obrigatoriedade de afixar, nos elevadores de edifícios comerciais, placas alertando sobre as consequências da discriminação e preconceito e dá outras providências.
Lei nº11.584, de 12 de dezembro de 2019: Inclui a Parada LGBTQ+ de João Pessoa no Calendário Turístico e Cultural do Estado da Paraíba.
Lei nº9.315, de 29 de dezembro de 2010: Institui o Grupo de Trabalho para se pensar estratégias para os problemas de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GT LGBTQ, dá outras providências.
Lei nº 10.963, de 19 de Julho de 2017: Dispõe sobre o direito das unidades familiares homoafetivas nos programas desenvolvidos pelo Estado da Paraíba.
Lei nº 10.908, de 08 de junho de 2017: Dispõe sobre o tratamento nominal e a inclusão e uso do nome social de travestis e transexuais no âmbito de Administração Pública Estadual.
Lei N° 10.178, de 25 de Novembro de 2013: Veda práticas discriminatórias contra pessoas em acessos a elevadores em repartições públicas estaduais no âmbito do Estado da Paraíba.

Lei Nº11.983, de 22 de Junho de 2021: Denomina de Pedro Alves de Souza - Pedrinho o Centro Estadual de Referência dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e Enfrentamento à LGBTfobia, vinculado à Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, localizado no Município de João Pessoa, neste Estado.

Lei Nº 10.744, de 01 de Agosto de 2016: Dispõe sobre a proibição de recursos públicos para a contratação de artistas que, em suas músicas, desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situações de constrangimento, ou contenham manifestações de homofobia, discriminação racial ou apologia ao uso de drogas ilícitas.

Decreto N.º 27.604 de 19 de setembro de 2006 – Regulamenta a Lei 7.309 de 10 de janeiro de 2003, e dá outras providências.

FERRAMENTAS JURÍDICAS MUNICIPAIS

João Pessoa - Portaria nº 384, de 26 de fevereiro de 2010 “Estabelece o direito ao uso e tratamento pelo nome social às travestis e transexuais, no âmbito do governo municipal, em especial na rede de ensino, saúde e assistência social, na forma que indica”.

João Pessoa - Lei N.º 10.501 de 25 de junho de 2007, que institui o Dia Municipal da Diversidade Sexual no município de João Pessoa.

João Pessoa - Lei N.º 11.105 de 23 de julho de 2007 que acrescenta novos beneficiários ao inciso I do artigo 15, seção III, dos dependentes, da Lei 10.684/2005 que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais (independente de sua orientação sexual) e reestrutura as funções do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPM) e dá outras providências.

João Pessoa - Lei N.º 11.735 de 17 de julho de 2009, que dispõe sobre a criação do Dia 17 de maio como o “Dia Municipal de Combate à Homofobia, Lesbofobia e Transfobia” em João Pessoa.

João Pessoa - Lei N.º 12.342 de 09 de fevereiro de 2012 que determina aos órgãos da administração pública direta e indireta, autarquias e iniciativa privada de João Pessoa que observem e respeitem o nome social de travestis e transexuais e dá outras providências.

Santa Luzia - Lei nº 466/2007, de 25 de novembro de 2007 “Institui no Calendário Oficial do Município de Santa Luzia – PB o Dia de Combate à Homofobia”.

Cajazeiras – Lei nº 2176, de 13 de Maio de 2014: Inclui no calendário oficial de eventos da cidade de Cajazeiras o dia municipal de combate a LGBT-FOBIA, a ser comemorado no dia 26 de Agosto e dá outras providências.
Cajazeiras – Lei nº2183, de 25 de Junho de 2014: Institui o conselho municipal dos direitos de LGBTs e dá outras providências.
Cajazeiras – Lei nº2380, de 06 de novembro de 2015: Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social de pessoas travestis e transexuais nos registros municipais relativos a serviços públicos e privados prestados no âmbito da administração direta e indireta conforme especifica.
Sapé - Projeto de Lei nº43/2021: Institui o programa transcidadania no município de sapé e dá outras providências.

Diante de todas as ferramentas jurídicas conquistadas a partir da luta dos movimentos sociais paraibanos e diálogos com políticos que se alinham a essas questões, torna-se necessário a verificação de como as políticas estão sendo implementadas e executadas pelos órgãos públicos, principalmente pelos serviços que compõem a rede social de suporte da população dissidente de gênero e sexualidade. Assim, será possível cada serviço analisar e repensar estratégias para colocar em prática todos esses direitos conquistados.

1.4 GÊNEROS, SEXUALIDADES E TERAPIA OCUPACIONAL

Gêneros e sexualidades têm sido temas de interesse, nos últimos anos, nos níveis do ensino de graduação, da pesquisa acadêmica e da extensão universitária em Terapia Ocupacional no Brasil (MONZELI; LOPES, 2012; MONZELI, 2013; MONZELI, FERREIRA e LOPES, 2015; MELO, 2016; MONZELI, 2016; LEITE JR; LOPES, 2017; MELO, MONZELI e LEITE JR, 2018, ;BRAGA, 2020).

O foco destes trabalhos e produções está em compreender pessoas e coletivos que transcendem as normas binárias de gênero e sexualidade, algo que tem sido denominado de “dissidentes” por alguns teóricos, ou seja, corpos que produzem suas experiências de gênero e sexualidade para além da norma binária de gênero (masculino/feminino) e de sexualidade (heterossexual/homossexual). A partir destas produções, nota-se que para a Terapia Ocupacional, é importante analisar como as atividades humanas e as ocupações, de pessoas e grupos, são atravessadas pelas expressões de gêneros e sexualidades. Além disso, alguns desses

estudos buscam compreender, através dos conceitos e pressupostos teóricos da Terapia Ocupacional Social, de que forma a participação social e os direitos sociais destes sujeitos são limitados e violados por não se enquadrarem na lógica da divisão binária dos gêneros e das sexualidades (MONZELI; LOPES, 2012; MONZELI, 2013; MONZELI, FERREIRA e LOPES, 2015; MELO, 2016; MONZELI, 2016; LEITE JR; LOPES, 2017; MELO, MONZELI e LEITE JR, 2018 ; BRAGA, 2020).

Melo, Monzeli e Leite JR (2018) apontam que o terapeuta ocupacional tem uma atuação humanizado, no qual é possível observar como o cotidiano do indivíduo se desenvolve através das suas experiências práticas e são influenciados por vários outros fatores - culturais, históricos, socioeconômicos e marcadores identitários, que os colocam cada vez mais à margem, a partir da concepção heteronormativa reproduzida na sociedade.

A distinção entre os conceitos de sexo, gênero e sexualidade é motivo de debate constante. O gênero é abordado como um dos elementos que constitui as identidades dos sujeitos, definido como plurais, múltiplas, contraditórias e que se transformam por meio de nossas práticas sociais. Na percepção de gênero, a prática social se direciona aos corpos. Nessa perspectiva, gênero é o modo como as características sexuais são compreendidas, representadas ou trazidas para a prática social, tornando parte do processo histórico (LOURO, 1997).

Na estratégia dos sistemas patriarcais, as mulheres estão em patamar de desigualdade, tendo uma série de obrigações em relação aos homens, tais como manter relações conjugais mesmo contra sua vontade, além de um grande controle sobre sua sexualidade e sua vida reprodutiva. O controle do corpo e da vida reprodutiva das mulheres é regulada pelo Estado, embora existam políticas públicas que buscam proporcionar melhores condições para estas, como a lei Maria da Penha, continuamos enfrentando graves situações de violência como estupros, espancamentos e feminicídios (AGUIAR, 2015).

Podemos entender que existe uma relação direta entre a homotransfobia e o machismo. A homotransfobia consiste na repulsa em relação às diferentes formas de orientação sexual representa um desrespeito às liberdades básicas (RODRIGUEIRO, 2019). Ao falarmos em binarismo, é necessário entendermos que existimos em uma sociedade patriarcal, onde o machismo vai ser o problema base dos estereótipos de gênero. As categorias socialmente construídas a respeito do que é ser homem e mulher, estão associadas a relações de poder, com estereótipos definidos para cada um. No geral, os estereótipos associados às mulheres são delicadeza, vaidade e o homem à virilidade e força. Dessa forma, tanto as práticas sexuais, quanto as instituições, vão construindo suas estruturas, organizações e sujeitos com base nessas características, deixando à margem aqueles que não se enquadram. (BUTLER, 2003; LOURO,

2014; BRAGA, 2018). Assim, o machismo e binarismo estão associados pela forma que as instituições particulares e públicas, constroem suas estruturas, organizações e normas.

Louro (1997) discute que por meio das relações sociais que os gêneros são construídos e, através dessas relações, ocorrem desigualdades sociais entre os mesmos, que são justificados aos arranjos sociais, às condições de acesso aos recursos da sociedade e às formas de representação. A maioria dos discursos sobre gênero se interseccionam com as questões de sexualidade, que é compreendida enquanto um dispositivo histórico de poder (FOUCAULT, 2005). Segundo Miskolci, “dispositivo” é um conjunto heterogêneo de discursos e práticas sociais, uma verdadeira rede que se estabelece entre elementos tão diversos como a literatura, enunciados científicos, instituições e proposições. Esse dispositivo de poder determina, controla, transforma e dociliza os corpos (MISKOLCI, 2005).

Foucault (1977) compreende a sexualidade como um dispositivo que “fala” a verdade sobre o sujeito e o sexo como algo referente à sua esfera privada. O autor considera a sexualidade como uma “invenção social”, por se constituir a partir dos múltiplos discursos acerca do sexo que regulam, normalizam e instauram “verdades” universais sobre ele (BELTRÃO, 2017).

A partir da segunda metade do século XIX, a norma heterossexual foi formada, continuada e tornada compulsória por meio das imposições de diversos grupos sociais (elite, pensadores, moralistas). Essa norma, que toma a heterossexualidade como universal e os discursos que descrevem a homossexualidade como situação desviante, foi denominada posteriormente pelo teórico americano Michael Warner (1993) como heteronormatividade (BARROS, 2017). Compreende-se que a organização cultural da nossa sociedade é heteronormativa e binária, ou seja, com prescrições sociais que vão fundamentar os processos de regulação e controle da manifestação da sexualidade, de modo que todas as pessoas, heterossexuais ou não, pautem suas vidas conforme o modelo da heterossexualidade, mantendo a linearidade de seu sexo e gênero (MISKOLCI, 2009).

Considerando ainda que a sociedade está organizada de forma binária, para aqueles que desafiam a norma ao transitar na fronteira dos gêneros, as implicações ecoam tanto no âmbito do espaço público, quanto do privado. Essas implicações podem se interseccionar com outros marcadores sociais da diferença, tais como, raça/etnia, condições socioeconômicas, sexualidade, geração, dentre outros (BRAH, 2006).

Ao entender a existência das possibilidades diversas de marcações sociais como mulher, travesti ou transexual (nos termos de gênero); homossexual ou bissexual, (nos termos de sexualidade) ou até mesmo estranho ou anormal (nos termos *queer*), deve-se compreender

também as condições culturais, históricas e as experiências contemporâneas desses sujeitos/coletivos, para, dessa forma, (re)construir suas possibilidades de inserção, inclusão e participação social. A importância dessa (re)construção se dá a partir do momento que se entende que aqueles(as) que não se enquadram não serão também reconhecidos e legitimados socialmente, podendo ser considerados seres abjetos, sendo alvos de preconceitos e violências sociais e institucionais (BUTLER, 2003).

Diante disso, essa pesquisa apresenta como perguntas condutoras: Qual a configuração atual dos serviços que compõem a rede social de suporte de dissidentes de gênero e sexualidade no município de João Pessoa e de que forma essa rede tem se articulado na garantia de direitos dessa população? Para além dessas questões, também analisamos as gestões que se encerraram com a troca do governo municipal em 2021 (dados obtidos através da pesquisa de Iniciação Científica mencionada anteriormente) com o objetivo de conhecer também os novos gestores/as que compõem os serviços dessa rede e a organização atual desses serviços.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Descrever e discutir sobre os serviços que compõe a rede social de suporte voltada à população dissidente de gêneros e sexualidades do município de João Pessoa, identificando possíveis articulações, potências e desafios através da ótica dos gestores envolvidos.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Descrever e caracterizar os serviços municipais e estaduais existentes, considerados parte da rede social de suporte da população dissidente de gêneros e sexualidades em João Pessoa; b) Identificar as potencialidades e as dificuldades enfrentadas pelos gestores da referida rede; c) identificar ações e projetos elaborados e implementados junto aos gestores dos serviços que compõem as redes sociais de suporte; d) compreender as possíveis transformações nos serviços considerando a troca da gestão do governo municipal em 2021.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 ABORDAGEM E TIPO DE ESTUDO

Metodologicamente se configurou como um estudo de abordagem qualitativa, do tipo descritivo e exploratório. Minayo (2018) pontua que a abordagem qualitativa é aplicada ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções, das opiniões, das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos. Essa abordagem permite ao pesquisador desvelar processos sociais sob a ótica dos sujeitos envolvidos na pesquisa, bem como potencializar a participação dos sujeitos no que se refere à espontaneidade e à diversidade de respostas (MINAYO, 2018; FLICK, 2009).

3.2 LOCAIS DO ESTUDO

A cidade de João Pessoa/PB possui importantes órgãos e programas no que se refere à tentativa de combate às diversas formas de preconceitos e violências relacionadas à população LGBTQIAP+. O Conselho Municipal de Promoção à Cidadania LGBT, funciona desde 2015 e tem por objetivo planejar e auxiliar o poder público nas ações de combate ao preconceito e discriminação através de debate, criação e implantação de políticas públicas voltadas para a população LGBT, reforçando o papel de participação e de controle social na construção das políticas em direitos humanos no município (BRASIL, 2017).

A Coordenadoria Municipal de Promoção da Cidadania LGBT e da Igualdade Racial, foi criada em 2012, com o objetivo de assessorar o Poder Executivo Municipal, na articulação, formulação, implementação e monitoramento de programas, planos e ações afirmativas de reparação e combate às desigualdades sociais resultantes do processo histórico de exclusão e discriminação, bem como, promover a ascensão da população LGBTQIAP+, negra e comunidades tradicionais (quilombola, religião de matriz Africana e cultura cigana) (BRASIL, 2017).

O Centro de Cidadania LGBT foi fundado em 2016, e conta com diversos serviços para a população LGBT, tais como apoio psicológico, jurídico, assistência social e inclusão ao mercado de trabalho. O Centro disponibiliza uma sede do Banco Cidadão, Ouvidoria, bem como acesso às parcerias já firmadas com os programas do Governo Federal como Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida; além de disponibilizar um espaço para funcionamento de outros serviços de assistência social como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centros de Referência da Assistência

Social(CRAS), Centro POP e as Casas de Acolhida, o que facilita muito o encaminhamento aos serviços já existentes. No apoio jurídico à população das travestis e transexuais são orientadas em como fazer a retificação de seus nomes, bem como garantir o respeito ao nome social. Há a promoção e inserção ao mercado de trabalho, garantindo empregabilidade para a por meio da parceria com o Sistema Nacional de Emprego de João Pessoa (SINE-JP) (BRASIL, 2017).

O Ambulatório de Travestis e Transexuais (TT) do Complexo Hospitalar de Doenças Infectocontagiosas Clementino Fraga integra a rede estadual de saúde, sendo o primeiro da região Nordeste e referência nacional. É um espaço específico para o atendimento da população de travestis e transexuais dos 223 municípios paraibanos e mais dois Estados da região Nordeste: Pernambuco e Rio Grande do Norte. Após encaminhamento da Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana, o prontuário é aberto e cada pessoa recebe o cartão do usuário. Munido desse cartão, a mesma vem fazer seu agendamento para uma das especialidades existentes no ambulatório TT(PORTAL PARAÍBA, 2014).

O município também conta com o Centro de Referência dos direitos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) e de enfrentamento à homofobia (Espaço LGBT) na Paraíba, criado em junho de 2011, vinculado a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana. Apresenta como missão promover a cidadania e os direitos humanos de LGBTs, como também, o enfrentamento a homofobia e a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Uma de suas ações é fazer a articulação entre os serviços e atores sociais governamentais e não governamentais, para formação de uma rede de proteção e garantia dos direitos de LGBTs. A rede tem o objetivo de qualificar o atendimento à população e elaborar estratégias de ações intersetoriais para o enfrentamento à lgbtfobia e a todas as formas de violações de direitos (CALIXTO, 2016).

A Delegacia de Repressão a Crimes Homofóbicos da Capital dá suporte e direcionamento no atendimento a gays, bissexuais, transexuais e travestis e confere a João Pessoa a condição de primeira capital brasileira a ter uma delegacia especializada desse tipo. Por interagir com o movimento LGBTQIAP+ e pelo reconhecimento ao trabalho desenvolvido, desde janeiro de 2015, a delegacia passou a integrar o Conselho Estadual dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais, representando a Secretaria do Estado da Segurança e Defesa Social. O Conselho foi criado pelo Decreto Estadual N. °35.004, de 2014, e é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, instituído junto à Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana do Estado da Paraíba. Sua finalidade é propor e

fiscalizar, em âmbito estadual, políticas de promoção da cidadania para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (BRASIL, 2019).

A Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH) do Estado da Paraíba foi criada em janeiro de 2011 e tem como objetivo orientar, apoiar, coordenar, acompanhar e executar políticas públicas para mulheres, população negra, comunidades tradicionais e população LGBT (BRASIL, 2019).

Assim, este estudo entrevistou os gestores de cinco serviços – estaduais e municipais, que compõe a rede de atenção e suporte à população LGBTQIAP+. A Coordenadoria Municipal de Promoção à Cidadania LGBT e de Igualdade Racial, o Espaço LGBT “PEDRINHO”, o Ambulatório TT de João Pessoa, a Gerência Executiva de Diversidade Sexual da Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana e a Delegacia Especializada em Crimes LGBTfóbicos da Paraíba.

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para alcançar os objetivos propostos, foi utilizado como instrumento de coleta de dados a realização de entrevistas com roteiros semiestruturados. A entrevista semiestruturada é compreendida como aquela que possibilita, a partir de questões norteadoras embasadas no contexto teórico da pesquisa, que o entrevistado expresse seu pensamento, vivências, sentidos e significados construídos a partir da experiência, participando ativamente no processo da pesquisa (MINAYO, 2012).

Foi construído um roteiro temático para as entrevistas com os gestores(as) dos serviços que compõem a rede social de suporte. O roteiro temático possui três eixos, o primeiro eixo com enfoque na caracterização do(a) participante, o segundo eixo com enfoque nas características do órgão/serviço e o terceiro acerca da rede de atenção e suporte voltada para população dissidente de gênero e sexualidade, sua articulação e as dificuldades e potencialidades dessa rede, bem como, nas estratégias para o seu fortalecimento.

3.4 PROCEDIMENTO PARA ANÁLISE DOS DADOS

Para o tratamento e análise dos dados, obtidos a partir das entrevistas individuais e dos resultados da Iniciação Científica, foi utilizado como referencial a análise de conteúdo, modalidade temática. A análise de conteúdo é uma técnica que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto, replicáveis ao seu contexto social (BAUER, 2002). Na análise de conteúdo, o texto é um

meio de expressão do sujeito, em que o analista busca categorizar as palavras ou frases que se repetem, inferindo uma expressão que as representem (GOMES, 2009).

A análise das entrevistas foi realizada em etapas, seguindo orientações de Gomes (2009) para análise de conteúdo. O primeiro passo para a análise de conteúdo foi a leitura compreensiva do conjunto das entrevistas. Por meio dessa leitura buscou-se ter uma visão do conjunto do material analisado, procurando perceber as particularidades desse conjunto, e, posteriormente, foram elaborados pressupostos iniciais para balizar a análise e a interpretação das entrevistas e a realização de uma classificação inicial e articulação com os conceitos teóricos da terapia ocupacional social e estudos pós estruturalistas.

Em seguida, foi realizada a exploração do material, analisados para a identificação dos núcleos de sentido, realizando um diálogo desses núcleos com os pressupostos iniciais; por fim, a elaboração de uma síntese interpretativa, buscando dialogar com os temas com objetivos, questões e pressupostos da pesquisa (GOMES, 2009).

Assim, a partir da análise dos dados e à luz dos referenciais pós estruturalistas, foram elencadas três categorias temáticas: Categoria 1: Apresentando uma rede em construção: Descrevendo serviços e ações sob a ótica da gestão, Categoria 2: Rede em fortalecimento: avanços da política pública voltada à população LGBTQIAP+ no Estado da Paraíba e Categoria 3: “Os nossos grandes entraves se dão pela LGBTfobia institucional”: desafios para o fortalecimento e articulação da rede interinstitucional voltada à população LGBTQIAP+ no Estado da Paraíba.

3.5 CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

3.5.1 Critérios de Inclusão

Fizeram parte da pesquisa os gestores da rede social de suporte voltada à população dissidente de gênero e sexualidade que aceitaram participar da pesquisa.

3.5.2. Critérios de Exclusão

Foram excluídos da pesquisa os gestores que estavam afastados por motivo de férias, licença, atestado médico ou sem agenda para as entrevistas.

3.6 ASPECTOS ÉTICOS

A pesquisa seguiu as diretrizes e as normas regulamentadoras para as pesquisas que envolvem seres humanos estabelecidas na Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Desse modo, antes de iniciar a realização das entrevistas foi apresentado aos participantes do estudo o TCLE, que além de esclarecê-los quanto aos objetivos do estudo e seus possíveis riscos e benefícios, solicitou a autorização dos mesmos para a publicação dos resultados obtidos. O projeto foi submetido e aprovado no Comitê de Ética do Centro de Ciências da Saúde (CCS) sob o parecer número 3.351.753. Apenas os participantes que permitiram revelar suas identidades, foram expostos na pesquisa. Esclarecemos que foram utilizados nomes fictícios nas tabelas, ainda que a maioria dos gestores tenham permitido que suas identidades fossem expostas, preservamos todas elas de acordo com o comitê de ética.

3.6.1 Riscos e Benefícios

Os benefícios propostos aos participantes desta pesquisa foram essencialmente indiretos. Acredita-se que promover um estudo que se propõe investigar diferentes aspectos que envolvem as redes sociais de suporte da população dissidente de gênero e sexualidade, em sua interface com a vulnerabilidade social e a violência, pode fornecer elementos teóricos que subsidiem o trabalho de diferentes profissionais junto a esse público nos diversos contextos (serviços de saúde, de assistência social, de cultura, etc), bem como auxiliar na formulação, execução e na avaliação de políticas públicas voltadas à essa população. No intuito de alcançar tais benefícios, será entregue uma cópia dos resultados às instituições e atores envolvidos e divulgar amplamente os resultados dela.

Do ponto de vista mais direto, a pesquisa, no momento da produção dos dados oportunizou um espaço para cada participante refletir sobre a temática, bem como sobre a importância dos suportes sociais (formais ou informais) para minimizar os riscos da vulnerabilidade social na vida desses sujeitos.

Por se tratar de uma pesquisa social e não possuir procedimentos invasivos, os riscos do estudo relacionam-se com a quebra do sigilo e privacidade das informações e riscos as dimensões intelectual, moral, cultural ou psíquica dos participantes, incitados por recordações expostas durante a produção dos dados. Esses riscos serão diminuídos através de medidas de controle como: a retirada de todas as dúvidas sobre a pesquisa; a concessão do direito de não responder a qualquer uma das perguntas realizadas pelos pesquisadores; a garantia de que as informações colhidas na pesquisa serão armazenadas em local seguro e no qual somente os pesquisadores terão acesso, evitando danos ou perdas dos dados; as identidades

das instituições e participantes envolvidos na pesquisa só foram expostas mediante autorização do gestor do serviço.

Após o estudo, o banco de dados produzido será armazenado durante um período de cinco anos, para fins de verificação ou aprofundamentos de análises, e após esse período todo o material de áudio e impresso coletado será destruído e descartado.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados serão apresentados inicialmente pela caracterização dos entrevistados, e posteriormente pela apresentação de três categorias temáticas: Categoria 1: Apresentando uma rede em construção: Descrevendo serviços e ações. Categoria 2: Rede em fortalecimento: avanços da política pública voltada à população LGBTQIAP+ no Estado da Paraíba e Categoria 3: “Os nossos grandes entraves se dão pela LGBTfobia institucional”: desafios para o fortalecimento e articulação da rede interinstitucional voltada à população LGBTQIAP+ no Estado da Paraíba.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Foram entrevistados cinco gestores dos serviços que compõe a rede de atenção e suporte à população LGBTQIAP+. Todos os gestores eram homens cisgênero, no entanto, ressalta-se que as equipes dos serviços possuem representantes das outras categorias identitárias.

Destaca-se que dois gestores eram advindos do movimento social MEL – Movimento Espírito Lilás, e dois gestores estavam engajados academicamente com a temática de gêneros e sexualidades em suas graduações e pós-graduações. Este dado, relacionado às entrevistas, nos revela que este engajamento favorece o trabalho na gestão dos serviços, com uma implicação dos atores nas pautas e lutas da população LGBTQIAP+.

Quadro 1 – Caracterização dos participantes da pesquisa de acordo com sua identidade de gênero, sexualidade, raça, formação profissional e função exercida no serviço.

Nome	Identidade de Gênero	Orientação Sexual	Raça/Etnia	Nível de Escolaridade	Cargo
Geraldo	Homem Cis	Gay	Branco	Graduação em Direito, Mestrando	Coordenador da Coordenadoria Municipal de

				em	Promoção à Cidadania LGBT e Igualdade Racial de João Pessoa
João	Homem Cis	Gay	Negro	Graduação em Serviço Social; Mestre em Educação.	Coordenador do Espaço LGBT Estadual - Pedrinho
Sérgio	Homem Cis	Não Informou	Branco	Graduação em Serviço Social	Coordenador do Ambulatório TT (trans) de João Pessoa
Marcelo	Homem Cis	Não Informou	Branco	Bacharel em Direito	Delegado da Delegacia Especializada em crimes Lgbtfóbicos
Fernando Luiz	Homem Cis	Gay	Pardo	Graduação em História	Coordenador Executivo LGBT da Secretaria da Mulher e Direitos Humanos do Estado da Paraíba

Fonte: Dados coletados em 2022.

4.2 CATEGORIA 1: APRESENTANDO UMA REDE EM CONSTRUÇÃO: DESCREVENDO SERVIÇOS E AÇÕES SOB A ÓTICA DA GESTÃO

Nessa categoria serão apresentados os serviços e como eles se articulam nessa rede que está em processo de construção e em constantes modificações com mudanças de gestões em seus serviços. Compreende-se que as redes sociais de suporte se articulam para a garantia dos direitos, bem como para responder melhor à complexidade das demandas trazidas pelas violências perpetradas contra uma população, com vistas à sua maior autonomia e outras possibilidades de participação social (DESLANDES, 2006; CASTEL, 1997).

A seguir serão descritos alguns serviços/dispositivos que compõem a rede social de suporte voltada à população dissidente de gênero e sexualidade no município de João Pessoa, evidenciando as articulações em rede que estes fazem, na esfera municipal, estadual e federal. Os dados apresentados são advindos das entrevistas com os gestores de cada serviço e também dos próprios documentos das políticas que esses serviços/dispositivos estão envolvidos.

4.2.1 Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH) do Estado da Paraíba

Na Paraíba, o movimento feminista e de mulheres reivindicou a criação de um mecanismo de governo no âmbito estadual. Em 2008, o movimento feminista e a Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres do município de João Pessoa provocaram o Governo Estadual a assinar a adesão ao Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência contra a Mulher junto ao Governo Federal e com este acessar recursos de fomento a política para mulheres, especialmente na área de violência contra mulher. Como a adesão não aconteceu, a estratégia foi elaborar um Plano Estadual de Enfrentamento a Violência contra a Mulher do Estado da Paraíba, para o qual, o gestor público designou uma representante para acompanhar. Nesse contexto, foi instalado o debate para criação da Secretaria da Mulher e a reestruturação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM) (BRASIL, 2019).

Em meados de 2009, um novo gestor estadual criou o Programa Estadual de Políticas Públicas para Mulheres da Paraíba, vinculado a Casa Civil do Governador, por meio do decreto 30.391. Em março de 2010, foi criada a Secretaria Especial de Estado de Políticas Públicas para Mulheres da Paraíba, através da medida provisória n. 149, transformada em lei pelo poder executivo em abril do mesmo ano, através do Decreto n. 9.077/2010. O mecanismo não tinha status de secretaria de estado. Nesse mesmo ano, foi assinada a adesão ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher mediante a presença da Ministra de Políticas para Mulheres, Nilcéa Freire (BRASIL, 2019).

A Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH) é uma política pública que foi criada no início de 2011, pelo ex-governador da Paraíba, Ricardo Coutinho, através de Decreto Governamental. Conta com três gerências executivas: Gerência Executiva de Equidade de Gênero, Gerência Executiva de Equidade Racial e Gerência Executiva de Direitos Sexuais e LGBT que atuam articuladas entre si e vinculadas ao Gabinete da Secretaria de Estado.

Cada Gerência conta com uma (um) Gerente Executivo e sua equipe de trabalho. A SEMDH também implantou equipamentos de assistência à população LGBTQIAP+ e de mulheres. Suas fontes de financiamento são de recursos próprios do Governo do Estado e recursos do Governo Federal, captados até 2016 (Governo da ex-Presidenta Dilma Rousseff) através de convênios estabelecidos, via portal de Convênios do Governo Federal (SINCOV).

A secretaria, responsável pela Secretaria Executiva, manutenção e custeio, aporta os seguintes conselhos de direitos e fóruns,: Conselho Estadual de Direitos de Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, Fórum Estadual de Gestoras de Políticas para Mulheres e Fórum Estadual de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres do Campo.

A construção e efetivação dessa política pública deu-se de forma transversal, em diálogo com vários órgãos e secretarias de estado, como saúde, educação, assistência social, segurança pública, habitação, emprego, trabalho e renda, meio ambiente, agricultura, entre outras. Assim como de forma interseccional para contemplar a pluralidade dos sujeitos que agregam em sua existência diferenças etárias, de gênero, de orientação sexual, de raça e etnia, de localidade, com ou sem deficiência, entre outros marcadores sociais (BRASIL, 2018).

A SEMDH tem a missão de propor, coordenar, articular e executar políticas públicas para mulheres, LGBTQIAP+, população negra e comunidades tradicionais (cigana, indígena, quilombola e religiões de matriz africana) no âmbito do Governo do Estado da Paraíba, com o objetivo de promover a equidade para grupos populacionais historicamente excluídos e com dificuldade de acesso a bens sociais, direitos civis e políticos; bem como promover a cidadania e enfrentar as diversas expressões da discriminação, preconceitos e violências decorrentes do machismo, da misoginia, LGBTfobia, do racismo e da intolerância racial e religiosa. Cabe a SEMDH dialogar com as respectivas populações e os movimentos sociais representativos delas, fazer articulação intersetorial com órgãos e secretarias do Governo do Estado, de forma interinstitucional também com outras esferas de governo, entidades privadas e organizações da sociedade civil.

No âmbito do enfrentamento da violência contra mulheres, intolerância religiosa contra grupos de religião de matriz africana, pessoas negras, comunidades tradicionais e LGBTs, a articulação também se faz com órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público Federal e Estadual, e Defensoria Pública do Estado, visando a resolutividade dos casos de violências. Tem o propósito de consolidar o espaço institucional das políticas públicas para LGBTQIAP+, mulheres e população negra, colaborando para ampliar sua existência nos municípios da Paraíba. Também cabe à SEMDH garantir o cumprimento dos tratados, acordos, convenções internacionais firmados e ratificados pelo Estado brasileiro relativos aos direitos humanos das mulheres, população negra, comunidades tradicionais e da população LGBTQIAP+.

4.2.2 Gerência Executiva LGBT da SEMDH da Paraíba

Para esta pesquisa, entrevistamos mais especificamente o gerente executivo LGBT da SEMDH. Diante da entrevista, notou-se uma gerência plural e representativa, apesar do gestor ser um homem cis gay, na equipe existem homens e mulheres trans, negras e parte de diversos grupos de minorias sociais, como destaca o gestor:

“esta gerência é composta por quatro gerentes operacionais, Michel é um homem trans, ele é o gerente operacional de promoção à cidadania à população LGBT, Patrícia é uma mulher negra lésbica e trabalha como gerente operacional de combate

a LGBTfobia, Clarisse é uma mulher trans, assistente operacional da pauta combate a LGBTfobia e está na secretaria HELP, que é a Rede Estadual de Combate a LGBTfobia, formada, agora em 2020, começo de 2021, quando a gente estipulou meio que, para além do conselho, a gente precisa ter uma rede de acompanhamento dessa pessoa LGBT, e aí a pessoa que a gente chama é uma pessoa trans, antes era Jade, Jade passou no mestrado de Filosofia com bolsa, pediu demissão, a gente acatou tranquilo e contratou outra mulher trans. Para nos ajudar na construção dessa política, porque, se é da diversidade humana, a gente tem que respeitar os lugares de fala dessas pessoas, o gerente executivo é um homem gay, mas no dia da visibilidade trans quem tem o lugar de fala são as pessoas trans” (Fernando).

A Gerência possui dois equipamentos sociais no estado. O Espaço LGBT na cidade de Campina Grande, chamado de Luciano Bezerra (militante social importante para o estado), e o Espaço LGBT de João Pessoa, chamado Pedro Alves de Souza ou “Pedrim” (em homenagem a um dos primeiros usuários do Espaço LGBT de João Pessoa, brutalmente assassinado pela LGBTfobia). Como o foco desta pesquisa está na cidade de João Pessoa, os dados desse tópico são de entrevistas com o gestor do “Espaço LGBT Pedrim”.

Durante a pandemia, de acordo com o entrevistado, a população LGBTQIAP+ sofreu bastante diante da fome escancarada para as pessoas mais pobres, o desemprego, o contato familiar que ficou mais presente, assim como a expulsão de casa que aumentou nos últimos dois anos de crise sanitária e social. A secretaria decidiu arrecadar cestas básicas para a população necessitada em todo o estado. Segundo o entrevistado, foram cerca de 500 cestas básicas distribuídas para a população LGBT em todo o estado, principalmente direcionadas para pessoas trans. O gerente executivo destaca a dificuldade que foi para o estado ceder as cestas para as pessoas trans, evidenciando a existência da transfobia institucional.

“Toda vez a gente tinha que justificar, por exemplo, para a população trans, que Maria é Maria. Por mais que o documento seja João, é Maria que recebe a cesta básica e nós temos uma transfobia institucional no estado brasileiro como um todo né?! A secretaria ter que fazer do próprio punho, essa é uma pessoa trans, que não mudou de nome ainda porque não tem dinheiro, os cartórios não os garante essas gratuidade ainda, então ficou muito dependente de outras...” (Fernando).

De acordo com o entrevistado, toda a fonte de financiamento da gerência vem do Governo Estadual, por meio de repasses do orçamento interno da secretaria e algumas parcerias com o setor privado. Como por exemplo, uma instituição de educação ofereceu 500 bolsas de estudo para cursos profissionalizantes EAD, destas, 200 foram distribuídas para mulheres que estão em situação de cárcere e 300 para a população LGBTQIAP+ como um todo. Porém, há dificuldades como o acesso a computadores e celulares, que muitos e muitas não possuem.

“Nem toda travesti tem um celular pra fazer um curso, então a luta é implementar isso pra poder colocar computador no espaço LGBT para a pessoa vim fazer lá, os cursos EAD, mas é um processo, compra de computador, tudo mais difícil” (Fernando).

Quando questionado sobre possíveis fontes de financiamento vindas do Governo Federal, o entrevistado foi enfático:

“isso aí a gente pode rasgar, isso aí vai servir para a história do Brasil, o que a gente tinha conseguido e não foi tudo... e começa depois desestruturar os ministérios, secretaria LGBT, fecha tudo, acabaram com o conselho nacional LGBT... conversava na época com o então deputado federal, Luiz Couto, “Luiz o que é que vão fazer?!” “Fernando, você tem uma planta, se a gente não aguar, até que ela morra vai vir uma chuva e ela vai pegar uma água de algum canto, mas o que que você faz para matar uma planta? Ou você arranca e corta, mas aí a gritaria ia ser grande, então você corta o recurso! Pega uma tampa e abafa, a planta morre por inanição” essa metáfora, minha cabeça fez assim “pá!” no meio de um protesto, a gente caminhando, e eu parava “Luiz e a política?” “Vão matar por inanição! Eles vão matar por inanição” foi o que aconteceu, de Temer para Bolsonaro, só foi a degradação da política nacional LGBT, os editais, tudo, eles acabaram com tudo” (Fernando).

Diante do cenário atual e com as enormes perdas de direitos que a população LGBTQIAP+ vinha conquistando nos governos anteriores ao de Temer e Bolsonaro, a gerência vem lutando institucionalmente, por meio da secretaria e com seus recursos próprios, amenizar essas perdas e buscar estratégias de ações locais, com a rede que está disposta. A interlocução do serviço com a população, se dá através dos movimentos sociais e espaços LGBTs, assim como ampla divulgação dos serviços compostos na Rede Estadual de Combate à LGBTfobia.

Trazer o entendimento de que em momentos de grandes retrocessos, que atingem diretamente a população LGBTQIAP+, cabe voltarmos o compromisso com uma perspectiva na direção da “democracia expansiva”, em que necessita o aumento dos direitos individuais e coletivos de grupos e indivíduos historicamente marginalizados, buscando o aumento da participação coletiva nas deliberações, assim como um maior diálogo entre instituições e cidadãos e cidadãs (BRAGA et al., 2020). A resistência dos movimentos sociais paraibanos dentro e fora dos serviços, diante de todos os retrocessos nos últimos anos, foi fundamental para a permanência dos serviços, assim como a necessidade de estruturação e mobilização com o objetivo de fortalecimento de uma rede que estava com construção, evitando assim, o enfraquecimento ou até mesmo a extinção de alguns serviços.

Algumas ações da atual gestão da gerência em conjunto com a Secretaria foram a Inauguração do Ateliê Bevenutty em março de 2022. O ateliê é um espaço voltado para mulheres trans e travestis reeducandas da Penitenciária Silvio Porto. Nesse espaço as reeducandas desenvolvem projetos artísticos como pintura, produção de joias, macramê, costura e arte. Assim como interlocuções com o coronel Sérgio Fonseca, secretário de Administração Penitenciária (SEAP) e o secretário executivo, João Paulo Barros e diretores de todos os presídios paraibanos em constante discussão para parcerias e ampliação do programa de formação, assim como ações para mulheres LGBTs em situação de encarceramento. Essa

construção nos presídios é considerada um avanço diante da importância de olhar também para a população que está em cárcere, trazendo para seus cotidianos uma nova perspectiva de reeducação social, para além das celas LGBTs que existem no estado.

Atividades educativas e formação de agentes penais são importantes para esse processo de humanização nos presídios. As oficinas, debates, cursos profissionalizantes, oficinas sobre violência doméstica, empreendedorismo, cidadania e saúde são fundamentais, além dos projetos que já estão em curso. Também é importante mencionar a inauguração do segundo ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais, instalado no Hospital de Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes, em Campina Grande. Ainda, o primeiro ambulatório TT do Estado, fica localizado no hospital Clementino Fraga, em João Pessoa. O ambulatório TT-PB tem o objetivo de garantir mais acessibilidade e assistência aos pacientes da região da Borborema. O local conta com três consultórios, disponibilizando atendimento nas especialidades de ginecologia, urologia, endocrinologia, psiquiatria, psicologia, assistência social e enfermagem, contando com as mesmas especialidades do de João Pessoa (BRASIL, 2021).

Os homens trans têm acesso aos absorventes no Programa de Dignidade Menstrual, coordenado pela SMDH, que garante absorventes por meio dos Centros de Referência LGBTs localizados em João Pessoa e Campina Grande, assim como nas escolas públicas estaduais. Segundo o entrevistado, a pobreza menstrual para a população trans masculina começa na adolescência e, para piorar a situação, os banheiros masculinos costumam constranger ainda mais, já que muitos não têm papel higiênico ou cabine para realizar a troca de um absorvente.

Em 2019, foi criado o Programa Integrado Patrulha Maria da Penha para atuação na Paraíba. Oferecendo os cuidados e serviços a todas as mulheres do estado, independente de identidade de gênero e orientação sexual. O programa atua no acolhimento e monitoramento de mulheres que solicitaram ou que possuem Medidas Protetivas de Urgência na Paraíba, preconizada pela lei Maria da Penha. É uma ação integrada da Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana, Secretaria da Segurança e da Defesa Social, Polícia Militar, Polícia Civil e Tribunal de Justiça da Paraíba. A sede em João Pessoa, fica localizada ao lado do Espaço LGBT “Pedrim”.

Um grande marco e importante avanço foi a criação da Rede Estadual de Combate à LGBTfobia, mais conhecida como “*HELP*” (Socorro, em inglês). Esta rede foi criada no início de 2021, surgiu com a necessidade, para além dos conselhos, de uma rede de acompanhamento das pessoas LGBTQIAP+. Clarisse, mulher trans e secretária da gerência LGBT estadual coordena essa rede que é composta pelos coordenadores e coordenadoras dos 2 Espaços LGBTs

estaduais, 2 ambulatórios TT's, Delegacia de Crimes LGBTfóbicos, Casas de Acolhida Estaduais e os Movimentos Sociais de todo o estado.

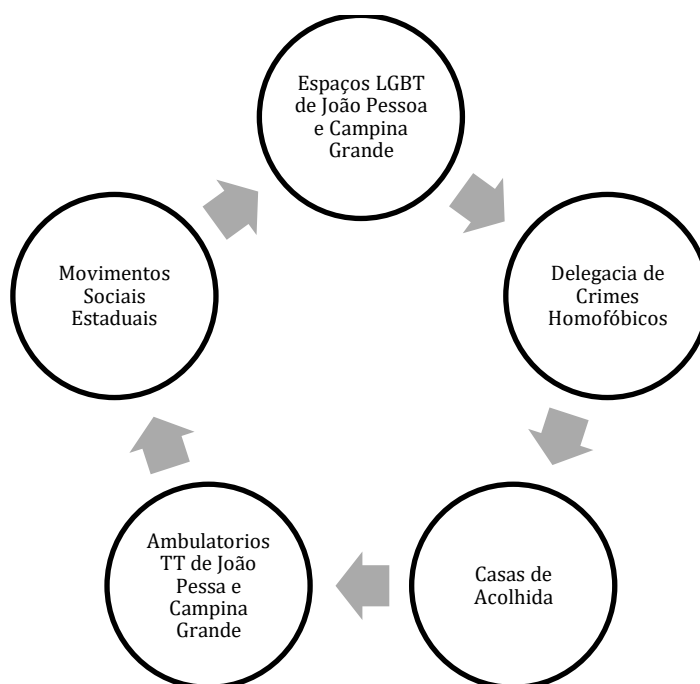


Gráfico 1: Esquema de Serviços que compõem a Rede “HELP”.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Destaca-se aqui, a iniciativa do estado em formalizar esta rede de suporte voltada para a população LGBTQIAP+, com articulações e dinamizações visando a garantia de direitos desta população. A construção desta rede já estava em processo anteriormente, porém sem nada formalizado. É necessário que esta rede se mantenha e formalize ainda mais com projeto de lei ou decreto governamental. É um processo longo, porém já com avanços em relação aos anos anteriores. Na capital, com os serviços municipais, ainda não existe essa rede formalizada, que pode servir como exemplo para as gestões municipais de todo o estado.

Fernando relata que o serviço também precisou se adaptar às redes sociais durante a pandemia. A necessidade de atendimentos remotos, como teleatendimentos psicológicos. Foi criado um *WhatsApp Direct* apenas para o psicólogo realizar as consultas online. Com isso, veio a solicitação de aumento da velocidade de internet, assim como a parceria com a UFPB para conseguir estagiários de psicologia para dar conta da grande demanda de problemas psicológicos que aumentaram durante os últimos 2 anos de pandemia.

Algumas articulações foram feitas com as secretarias de educação e de saúde para garantir a fixação dos cartazes contra a LGBTfobia, existindo uma lei que torna essa fixação obrigatória nos ambientes públicos do estado. Também com a CAGEPA, para que permitisse o

nome social na conta de água de pessoas trans, assim como o DETRAN, nas carteiras de habilitação.

“a gente conseguiu que o sistema da CAGEPA permitisse o nome social, para que então o nome seja retificado ainda, isso é importante você pegar a sua conta de água e tá lá “Maria” ou “José”, não outra pessoa que você não se identifica, isso é dignidade. Já estamos em diálogo com o DETRAN, porque na CNH a pessoa só consegue se fazer uma declaração de compra e venda, não! Agora você vai fazer a mudança de acordo com seu nome, fazer valer o decreto estadual, do nome social.” (Fernando).

Diante de todas as informações, podemos observar uma Gerência Executiva Estadual engajada em fortalecer os equipamentos e serviços que já existem na rede e, a existência de poucos recursos. Diante do que foi apresentado pelo participante, nota-se que é necessário fortalecer e ampliar os equipamentos que já existem, promovendo a interiorização dessa rede estadual para além da capital João Pessoa, bem como, lançar mão de estratégias de articulação para a garantia dos direitos desta população.

4.2.3 Centro de Referência dos direitos LGBT e de enfrentamento à homofobia na Paraíba: Espaço LGBTQIAP+ PEDRINHO

O estado também conta com o Centro de Referência dos direitos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) e de enfrentamento à homofobia (Espaço LGBT) na Paraíba. O espaço LGBTQIAP+ PEDRINHO, tem esse nome recentemente, surgiu em 2011, com uma equipe formada por assistentes sociais, psicólogos, advogados, e agentes dos direitos humanos. Surgindo em uma perspectiva sem sistematização operacional, funcional, pela demanda emergente da sociedade dos movimentos sociais que precisavam dar visibilidade, nomear e encaminhar as demandas que a população LGBTQIAP+ apresentava, uma vez que a rede de proteção social, estava posta, mas não acontecia para alguns segmentos, dentre eles a população LGBTQIAP+.

O espaço surge nessa perspectiva, como uma unidade pública, que trata de situações de violações de direitos, de riscos pessoais e social de pessoas LGBTQIAP+ que estão em situações de vulnerabilidade, demandando inicialmente que o governo e as instituições comesçassem a compreender o que estava acontecendo com aquela população, dando nome à esse processo e iniciando um processo de intervenção institucional. O espaço assume a responsabilidade de promover a cidadania dessa população, buscando superar o contexto de violação dos seus direitos (BRASIL, 2022).

O Espaço é um serviço ligado à Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana, coordenado por ela, diretamente à gerência executiva de direitos sexuais LGBT. De

acordo com o entrevistado, João, o espaço foi criado em 25 de maio de 2011, pelo então governador do estado, Ricardo Coutinho. Nesse mesmo dia, foi assinado pelo governador o decreto estadual do uso do nome social para travestis e transexuais.

Para ser implantado em 2011, foi elaborado um projeto para o governo federal que disponibilizou o recurso de R\$100.000 reais (cem mil reais). Após um ano de vigência deste projeto, de 2012 até atualmente, a fonte de financiamento do Espaço é 100% do Governo Estadual (BRASIL, 2019).

Atualmente, o Espaço LGBT é dividido nos seguintes setores: psicologia, serviço social, assessoria jurídica e direitos humanos. Sendo a equipe composta por: um psicólogo, uma advogada, um assistente social e 2 agentes de direitos humanos.

No setor de psicologia, a maioria dos atendimentos são contínuos, possuindo também os atendimentos especializados para mudança de prenome e gênero ou sexo jurídico, que são realizadas normalmente, 4 sessões. Antes da mudança, a caminhada de injúrias da população LGBTQIAP+ demanda situações de saúde mental muito graves, então o acesso e procura ao serviço psicológico é muito alto.

“uma vez que muitos dos nossos usuários e usuárias, quando saem do contexto familiar, vão para situação de rua, vão para o contexto do trabalho sexual, e isso envolve uma série de vulnerabilidades que a assistência social atende, sobretudo no contexto de pandemia, a gente percebeu esse agravamento, da vulnerabilidade alimentar, das condições de moradia, transporte; Até a chegada ao serviço passou a ser mais difícil.”.(João)

O setor de serviço social é responsável pela documentação básica, encaminhamentos para cursos, programas habitacionais, programas de distribuição de renda, casas de acolhida, entre outras demandas socioassistenciais. O setor Jurídico fica responsável principalmente para assessorar juridicamente a mudança de prenome e gênero, judicializados para travestis, mulheres e homens transexuais. As agentes de direitos humanos realizam palestras, oficinas, busca ativa e acolhimento dessa população. Esse serviço é a porta de entrada para o “disque 123” que é um canal estadual de denúncias de violação dos direitos da população LGBT, aceitando também encaminhamentos do “disque 100”.

“A gente tenta fazer com que essa rede aconteça, ainda que ela não seja instituída formalmente por meio de decreto, de normativas, de referenciais técnicos, a gente tenta fazer com que aconteça a partir desse lugar político que a população LGBT ocupa e como a gente consegue fazer esse contato, essas articulações entre nós.”.(João)

Visando a interiorização da política, o gestor do Espaço LGBT acredita que esta não deve ser feita apenas do estado para os municípios, mas também podendo ser feita dos

municípios para o estado. São realizadas oficinas e palestras nos municípios e nos órgãos públicos e privados.

“A gerência aciona os equipamentos do espaço Pedrinho, e vamos nessa caminhada de rodas de diálogo, de formação, de trazer o conhecimento dessa realidade, e de possibilidades de fluxo da rede, de como essa rede pede diálogo, a gente está sempre nessa pauta, o governo traz um equipamento novo, a gente já se reúne, vai discutir o lugar da população LGBT nesse equipamento, e se chegar um corpo LGBT para esse lugar, o que fazer? para onde encaminhar? Então as estratégias são esse contato, essa articulação, continuada entre os serviços. (João).

As pessoas que acessam o serviço, geralmente são encaminhadas por amigos(as), também existindo encaminhamentos dos CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social), dos CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), de escolas, da universidade e de hospitais, através do disque 100 e disque 123. Além disso, o Espaço LGBT também realiza busca ativa nas ruas e visitas aos pontos de prostituição levando insumos de prevenção.

“tem equipamentos que sabendo da existência dos centros de referência nem atendem pessoas LGBTs, aí nós recebemos esse encaminhamento, o contato é esse, recebemos a demanda, fazemos a triagem, a escuta, a acolhida, identificamos o caso e se é uma demanda de competência do serviço, estudamos a situação multidisciplinarmente, aí damos os encaminhamentos na rede, e a grande maioria dos casos conseguimos cessar aqui mesmo.” (João).

Dentro da rede estadual de serviços voltados à população LGBTQIAP+, esse serviço funciona através de parcerias. Existem os atendimentos da ponta e a partir do levantamento dos dados dos(as) usuários(as) que é percebido quais parcerias precisam ser realizadas. Atualmente, o espaço possui parceria com a CEHAP (Companhia Estadual de Habitação Popular) para conseguir moradia para pessoas transexuais, principalmente, que vivem em situação de rua. Também existe a parceria com a FUNAD (Fundação Centro Integrado de apoio à Pessoa com Deficiência) para a realização de cursos de libras e braile, tanto para a população LGBTQIAP+ com deficiência, como para os profissionais do próprio serviço.

O acolhimento institucional (Casas de Acolhimento) é um dos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social. Seu principal objetivo é promover o acolhimento de famílias ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, de forma a garantir sua proteção integral. Esse serviço é prestado em unidades inseridas na comunidade e deve obrigatoriamente possuir características residenciais. Ou seja, ser um ambiente acolhedor e com estrutura física adequada para atender às necessidades dos usuários (BRASIL, 2004).

Além disso, essas unidades devem cumprir os requisitos previstos nos regulamentos para a oferta do serviço de acolhimento, promovendo condições de acessibilidade, higiene, salubridade, segurança e privacidade. Segundo o Plano Nacional de Assistência Social, o serviço de acolhimento deve favorecer o convívio familiar e comunitário, a utilização dos demais equipamentos e serviços disponíveis na comunidade onde a unidade está localizada, e o mais importante de todos, deverá respeitar os costumes, tradições e a diversidade como: as diferentes faixas etárias, os arranjos familiares, religião, gênero, orientação sexual, raça ou etnia (BRASIL, 2004).

Sobre as Casas de Acolhida e o contexto da pandemia, o gestor fala que a entrada de pessoas LGBTQIAP+ se agravou, aumentou o número de usuários, porque em casa nunca foi um lugar confortável para essas pessoas. A população LGBTQIAP+ tem como lugar as redes de sociabilidade que criam entre si, e aí, isso se agravou no contexto da pandemia. Segundo o coordenador, alguns anos atrás o contato dentro das casas de acolhida era muito difícil, porque a atuação era sempre numa perspectiva muito segregacionista dentro das casas de acolhida

"Era um quarto arco íris, um quarto LGBT, não tem a necessidade disso, são pessoas, são identidades, a diferença tá ali começando pela digital do dedo de cada pessoa, não tem a necessidade de criar quartos específicos para essas pessoas." (João)

Segundo o gestor era um desafio, por exemplo, o corpo de uma travesti que desestabilizava totalmente o que as pessoas ali conheciam como regra de comportamento, como regra de convivência, mas que depois de muito diálogo, muita formação, conversa, conseguiram mudar essa perspectiva e hoje tem um bom diálogo com os centros de João Pessoa, então sempre que chega essa demanda para o espaço, de pessoas LGBTQIAP+ em situação de rua, eles fazem essas articulações e os desafios para que esse encaminhamento ocorra, são menores. Segundo o mesmo, há a previsão de uma casa de acolhida voltada apenas para pessoas LGBTQIAP+ no município de João Pessoa, com todas as burocracias de aluguel e contrato de profissionais já em andamento.

Outra parceria do espaço, é com o Centro Estadual de Línguas, onde são ofertados para os usuários e usuárias do serviço, cursos de: Libras, Inglês, Francês, Espanhol e Português. Por se tratar também de uma população que possui dificuldades de estar e permanecer na escola, principalmente travestis e transexuais, o espaço fechou parceria com o Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente (CENDAC), que oferta cursos profissionalizantes e rápidos, como por exemplo: auxiliar administrativo, salgado, bolo, corte e costura, entre outros.

O serviço possui *Whatsapp* e *Facebook* para divulgação de ações e para que as pessoas entrem em contato. As articulações são realizadas também através dos vários conselhos, comitês e representações em que o espaço está inserido, principalmente através da Secretaria

da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), que é onde o serviço se insere. Algumas dessas representações que o espaço ocupa, são: Conselho Estadual LGBT, que tem representação da sociedade civil e do governo, com participação de instituições também do interior. Também possui representação na Secretaria Estadual de Cultura, no Comitê Estadual de Políticas para a Juventude, no Fórum de Combate à tortura, no Conselho Estadual da Assistência Social, então são redes e espaços que a Secretaria está inserida.

4.2.4 Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais (TT)

O Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais (TT) foi inaugurado em 24 de julho de 2013 e está anexado ao Complexo Hospitalar Clementino Fraga, em João Pessoa, vinculado à Secretaria Estadual de Saúde. O ambulatório detém uma equipe multidisciplinar como: gerente, responsável técnico, Endocrinologista, Psiquiatra, Psicólogo, Assistente Social, Ginecologista, Urologista, Técnico de Enfermagem e Agente Administrativo.

Na Paraíba, a porta de entrada para o serviço é o Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento a Homofobia na Paraíba (Espaço LGBT - Pedrinho), em João Pessoa, e Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento à LGBTfobia (Espaço LGBT Luciano Bezerra), em Campina Grande. De lá saem os encaminhamentos para os Ambulatório TT's, onde os usuários têm, a princípio, um acolhimento individual e uma roda de conversa com os profissionais do local.

De acordo com o gestor do ambulatório TT, primeiramente é aberto um prontuário para quem deseja iniciar o tratamento, e logo após são marcadas as consultas com psiquiatra e endocrinologista. Em seguida, ao final das consultas, os usuários recebem o receituário e começam o processo de hormonização. A implementação do Processo Transexualizador no SUS, que regulamenta os procedimentos para a readequação sexual, se insere no contexto da Política Nacional de Saúde Integral LGBT (BRASIL, 2011).

“Nós temos atendimentos ambulatorial de segunda a sexta das 7:00 às 16:00. Lembrando que trabalhamos com público específico. Haja visto o ambulatório ser de saúde integral para travestis e transexuais” (Sérgio)

No dia 1º de dezembro de 2011, foi instituída a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Para maior compreensão desta, ela traz alguns tópicos como objetivos específicos. Iremos destacar aqui o que consideramos como elementos principais.

“I - instituir mecanismos de gestão para atingir maior equidade no SUS, com especial atenção às demandas e necessidades em saúde da população LGBT, incluídas as especificidades de raça, cor, etnia, territorial e outras congêneres;
 II - ampliar o acesso da população LGBT aos serviços de saúde do SUS, garantindo às pessoas o respeito e a prestação de serviços de saúde com qualidade e resolução de suas demandas e necessidades;
 III - qualificar a rede de serviços do SUS para a atenção e o cuidado integral à saúde da população LGBT;
 IV - qualificar a informação em saúde no que tange à coleta, ao processamento e à análise dos dados específicos sobre a saúde da população LGBT, incluindo os recortes étnico-racial e territorial;
 V - monitorar, avaliar e difundir os indicadores de saúde e de serviços para a população LGBT, incluindo os recortes étnico-racial e territorial;
 VI - garantir acesso ao processo transexualizador na rede do SUS, nos moldes regulamentados;
 XIV - garantir os direitos sexuais e reprodutivos da população LGBT no âmbito do SUS;
 XVI - atuar na eliminação do preconceito e da discriminação da população LGBT nos serviços de saúde;
 XVII - garantir o uso do nome social de travestis e transexuais, de acordo com a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde;
 XX - reduzir os problemas relacionados à saúde mental, drogadição, alcoolismo, depressão e suicídio entre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, atuando na prevenção, promoção e recuperação da saúde;
 (BRASIL, 2011, p.74).

De acordo com a própria justificativa da implantação da Política. A população LGBTQIAP+ sempre esteve à margem dos serviços públicos e nunca foi vista na saúde como um ator social integrante daquele espaço. O que a política preconiza é a promoção da saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, eliminando a discriminação e o preconceito institucional, bem como contribuindo para a redução das desigualdades e a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo (BRASIL, 2013).

As cirurgias de redesignação sexual (CRS) ou transgenitalizações são intervenções cirúrgicas que podem ser realizadas para conquistar modificações corporais, visando à adequação do sexo anatômico ao gênero que o sujeito se reconhece. É importante enfatizar que nem todas as pessoas transgêneras sentem necessidade e/ou precisam realizar esses procedimentos. No Brasil, as CRS estão disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS), mas ainda são processos demorados, burocráticos e excludentes, pois a alta demanda para o serviço ofertado, aliado a necessidade de o indivíduo cumprir um protocolo patologizante que exige um mínimo de dois anos de acompanhamento psicológico e psiquiátrico, amplia as barreiras de acesso às CRS e ao processo transexualizador e muitas vezes, perpetuam os preconceitos sofridos em várias esferas sociais (MORAIS, 2020).

As diretrizes para o processo de redesignação sexual no SUS foram estabelecidas a partir de duas portarias do Ministério da Saúde de 2008, 457 e 1707, que foram reunidas

posteriormente no documento de 2013, que ampliou o procedimento junto ao SUS (BRASIL, 2013).

“Existe a diferença no acesso e demanda de cada um, mas há uma soma de outros componentes de dificuldade. Um homem gay que consegue performar mais próximo de algo que é aceito, do ponto de vista da heteronormatividade, com certeza vai ter mais acesso, não só à saúde, mas a todos os lugares e direitos como um todo do que uma travesti, negra, com um nível socioeconômico pior, por exemplo” (Sérgio)

A formação social da população brasileira é plural e composta por determinantes sociais demarcados pela interseccionalidade, é evidente, analisando os textos, o quanto ela pode dificultar o acesso aos serviços, dependendo de como ela se configura.

“O conceito de interseccionalidade como ferramenta de análise, publicizado por Kimberle Crenshaw, tinha sido evidenciado por seu conteúdo analítico na obra de Davis (2016). Contudo, bem antes, Lélia Gonzalez (1984, p. 224) já o tinha feito, nos anos de 1980, de forma a criticar, no contexto brasileiro e latino-americano, os nexos interligados, afirmando que “o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira [...] e sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra”. Assim, para Gonzalez (1984), a classe, como outro marcador social, era relevante para se pensar a realidade da mulher negra, ao articular “racismo, sexismo, colonialismo, imperialismo e seus efeitos” (GONZALEZ, 1984). A autora protagoniza, desse modo, a epistemologia da amefricanidade (GONZALEZ, 1988) para o feminismo afro-latino-americano”

A compreensão sobre os marcadores sociais da diferença, juntamente com compreensão sobre interseccionalidade, se faz necessária para entender os obstáculos existentes para a participação de indivíduos e coletivos na sociedade, que têm muitas vezes suas condições de vida e cotidiano marcados por opressões e violências a partir dos demais grupos e contextos específicos nos quais estão inseridos.

Os marcadores sociais da diferença estudam as desigualdades e discriminações existentes na sociedade e, de acordo com Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade diz respeito à compreensão das consequências da interação entre duas ou mais formas de opressão. Assim como raça, gênero e classe podem incluir também os demais marcadores sociais, ou seja, geração, etnia, pessoas gordas, trabalhadores, orientação sexual, localização geográfica, religião, entre outros. Entretanto, essa perspectiva torna-se insuficiente quando falamos de práxis, de estratégias efetivas de mudança da realidade concreta. Desta forma, a luta contra as opressões não pode estar desvinculada da luta pela superação do capital. Deve, a todo momento,

ser uma luta de caráter anticapitalista e anti-imperialista, tendo em vista que todas as formas de opressão se apresentam como ferramentas para a manutenção de uma estrutura social desigual sustentada desde os processos de surgimento da sociedade capitalista e fim da sociedade matriarcal, processos de colonização, entre outros, que movem a engrenagem social baseado puramente na exploração de uma maioria quantitativa por uma classe dominante (a burguesia) cujo padrão engloba classe, cor, gênero e sexualidade. A luta contra as opressões não é revolucionária se for feita a partir do isolamento das pautas, deve ser uma luta contra todas as formas de opressão e pela emancipação humana. O acesso aos serviços é dificultado, trazendo assim problemas para pessoas LGBTQIAP+ que para além da sexualidade e gênero, são marcadas por preconceitos raciais, de classe, entre outros, fazendo com que o acesso seja cada vez mais difícil.

Na Paraíba ainda não há hospital habilitado para realizar as cirurgias de redesignação sexual. Transexuais que buscam o procedimento precisam passar no mínimo dois anos de hormonização e entrar numa lista de espera em Estados onde o procedimento já é realizado gratuitamente, a exemplo de Pernambuco, São Paulo e Paraná.

O Ambulatório TT foi habilitado pelo Ministério da Saúde em 2018 e atualmente possui o credenciamento para habilitar o setor farmacológico, podendo fazer a padronização dos hormônios e oferta gratuita aos usuários e usuárias com todo o acompanhamento e administração do fármaco realizado no Ambulatório TT, diminuindo os riscos de automedicação com hormônios muitas vezes ilegais e podendo ter alterações desconhecidas, podendo levar à problemas de saúde ou até mesmo à morte.

“Creio eu que a chegada do ambulatório TT no nosso estado foi de grande valia, fomos o primeiro ambulatório do nordeste. Então começamos atender também usuáries dos estados circunvizinhos como Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. Imagina a população T tomando hormônios por conta própria porque não tinha acesso a um endócrino ou ginecologia que a orientasse. Hoje temos uma equipe que além de orientar, cuida.” (Sérgio)

As negociações para implantação do bloco cirúrgico TT no Hospital Universitário Dr. Lauro Wanderley seguem a passos lentos, devido ao Hospital ser do âmbito Federal e os recursos para a área LGBTQIAP+ advindos do governo federal, no governo Bolsonaro, terem sido extintos. O Coordenador do ambulatório TT menciona que tem como objetivo a realização da primeira cirurgia de mastectomia no estado da Paraíba pelo SUS.

Indo na direção contrária ao governo federal, o governo estadual está investindo seus recursos para fortalecer a rede LGBTQIAP+ do estado. Desafogando a grande demanda que o Ambulatório TT de João Pessoa possui, o Governo do estado inaugurou o Ambulatório de

Saúde Integral para Travestis e Transexuais, na cidade de Campina Grande, no Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes. O espaço está instalado no anexo da unidade de saúde e já está disponível para atendimento, desde sua inauguração em abril de 2022. O Segundo Ambulatório TT da Paraíba, se chama Marcela Prado, nomeando o de João Pessoa para a paraibana Fernanda Benvenutty, ativista cultural e dos direitos humanos para LGBT, em especial para Travestis e Transexuais.

4.2.5 Delegacia Especializada de Crimes Homofóbicos

A Delegacia de Repressão a Crimes Homofóbicos da capital dá suporte e direcionamento no atendimento a gays, bissexuais, transexuais e travestis e confere a João Pessoa a condição de primeira capital brasileira a ter uma delegacia especializada desse tipo. Ela faz parte da Polícia Civil, como um braço da Secretaria de Estado da Defesa Social, dentro de uma das delegacias especializadas, fazendo parte da DECRADI (Delegacia de Crimes Raciais e Crimes de Intolerância).

“em 2009 havia eu, um escrivão e dois agentes e com o passar do tempo conseguimos ampliar esta demanda, para em 2017 atender também os crimes raciais e de intolerância religiosa... o que tem tudo haver, pois em muitos dos casos atendidos a população LGBT buscava assistência para os casos de intolerância religiosa e de racismo” (Marcelo).

Se faz necessário o reconhecimento das relações entre a LGBTfobia e outros fenômenos sociais, como o machismo, o racismo, o classismo e a intolerância religiosa. Pondera-se que tais marcadores sociais, a depender da forma como interagem, definem diferentes formas de expressão discriminatória, porque sobrepostas conforme a presença, ou não, de alguns dos fenômenos citados.

A delegacia surge no ano de 2009, em um contexto de alta proporção de violências e homicídios vivenciadas pela população LGBTQIAP+, quando houve a fundação com a criação de cargos de delegado, titular e escrivão. Segundo o delegado, antes, era um anexo da delegacia da mulher, onde existia um delegado ou delegada que atendia as demandas da população LGBTQIAP+, porém não possuía autonomia ou uma delegacia própria.

Sobre a atual equipe que compõe a delegacia, o participante da pesquisa afirma que são - ele, uma delegada adjunta, um escrivão e quatro agentes policiais de investigação.

“Se você acha que é suficiente? A gente acredita que não! Porque, temos uma atuação limitada a cidade de João Pessoa, gostaríamos de atender uma demanda maior, porém não temos logística para isso. Ou seja, precisaríamos de um segundo carro, uma sede maior, uma equipe maior de investigação policial, pois estas investigações demandam uma logística maior para tudo” ... “temos apenas uma viatura com o combustível limitado... ou seja, temos uma logística muito limitada”. (Marcelo)

Sendo a única fonte de financiamento advinda do governo do estado da Paraíba, as ações, acolhimentos e investigações tornam-se escassas e limitadas, como aponta o delegado. A delegacia possui apenas um carro e combustível limitado para atender toda a região metropolitana de João Pessoa e casos que chegam do interior da Paraíba.

“Do Federal, não veio nenhuma verba Federal para equipar as delegacias, porque até o gela-água que compramos aqui foi com financiamento apenas do Estado... não sei te explicar o que foi que houve.” (Marcelo)

A interlocução com a população LGBTQIAP+ do Estado se dá principalmente por meio dos movimentos sociais, sendo citados pelo delegado, o MEL e o Maria Quitéria. Também a comunicação se dá por meio de encaminhamentos dos Espaços LGBT e Coordenadoria Municipal de Promoção à Cidadania LGBT e de igualdade racial. De acordo com o delegado, há também muitas pessoas que chegam por demanda própria, porque já conhece o funcionamento da delegacia e o atendimento. A divulgação do serviço por meio de redes sociais tem sido fundamental.

“Eu entendo que é um impacto social importante, pois antigamente esses crimes ficavam impunes ou não recebiam a atenção e atendimento adequado nas outras delegacias, uma população que muitas vezes era maltratada, não existia um serviço especializado para as demandas da população LGBT. O que cresceu muito na sociedade foi o respeito (embora com muito preconceito) para com as pessoas LGBTs e sabe-se que hoje existe uma delegacia que vai investigar e vai ao levar ao judiciário a condição desses crimes; então de 2009 pra cá é perceptível o quanto a população se informou sobre os seus direitos e o quanto ela se sente dona dos seus direitos e das suas demandas, antigamente tinha-se um receio, um medo e falta de conhecimento para acessar o serviço e como proceder com as denúncias... essa Delegacia foi criada assim como a delegacia da mulher (que lida com os casos de violência doméstica) para que as pessoas que busquem e necessitem do serviço se sintam num local adequado para as suas demandas, fragilidades e vulnerabilidades... ter um local diferente, um local adequado aquela demanda tão específica” (Marcelo).

Quando perguntado sobre os impactos do serviço na vida cotidiana das pessoas LGBTQIAP+ do estado, o delegado destaca em outras palavras, a LGBTFobia institucional que possivelmente ocorria e ocorre em outras delegacias, a informação sobre a existência do serviço para a população em geral, assim como o acolhimento para as pessoas que chegam necessitando de um apoio mais específico, diferente do que poderia ocorrer em uma delegacia comum. A Delegacia faz parte do Conselho Estadual LGBTQIAP+, assim como da HELP (Rede Estadual

de Combate à LGBTfobia) se fortalecendo dentro de uma rede com transformações significativas nos últimos anos.

4.2.6 Coordenadoria Municipal de Promoção à Cidadania LGBT e Igualdade Racial

A coordenadoria Municipal de Promoção à Cidadania LGBT e Igualdade Racial, foi criada pela Lei Municipal nº 12.400, de 05 de julho de 2012. Vinculada ao gabinete do prefeito, possui objetivo de contribuir para o fomento de políticas públicas voltadas a cidadania LGBTQIAP+ e a Igualdade Racial. O gestor, Geraldo, fala um pouco sobre a fundação:

“A coordenadoria foi fundada no ano de 2012, proponente pela vereadora Sandra Marrocos voltada à demanda dos movimentos sociais da população LGBTQIAP+ do município de João Pessoa e do Estado da Paraíba., como: o MEL- Movimento Espírito Lilás, que é um movimento de homens gays; o Movimento Maria Quitéria, que é um movimento de mulheres lésbicas; a ASTRAPA (Associação de Travestis e Transexuais da Paraíba); o PETRIS, que é o coletivo de homens trans;. Foi uma demanda histórica desses movimentos, e em 2012 foi criada a Coordenadoria Municipal de Promoção à Cidadania LGBT e da Igualdade Racial, proponente pela vereadora Sandra Marrocos que, até hoje, tem um trabalho voltado para a população LGBTQIAP+, além de outras minorias sociais” (Geraldo)

A coordenadoria é norteada pelos princípios da dignidade da pessoa humana, da cidadania, da igualdade, da valorização e respeito à diversidade, da equidade, da universalidade das políticas públicas e da justiça social. Tendo como objetivo assessorar o Poder Executivo Municipal, na articulação, formulação, implementação e monitoramento de programas, planos e ações afirmativas de reparação e combate as desigualdades sociais resultantes do processo histórico de exclusão e discriminação, bem como, promover a ascensão da população LGBTQIAP+, negra e comunidades tradicionais (quilombola, religião de matriz Africana e cultura cigana).

É através de parcerias que a gestão consegue ofertar serviços e ações para a população:

“Psicologia clínica devido a parceria com a UNINASSAU, que disponibiliza 4 estagiários para atender a demanda da população; Temos, também, parceria com a UNIPÊ para a realização de exames citopatológicos de homens trans e mulheres lésbicas. Com a UNIPÊ também temos parceria para levar serviços de odontologia, com triagem realizada na coordenadoria e o serviço realizado gratuitamente na UNIPÊ, em horários específicos. Agora estamos fechando parceria com a Faculdade de Ciências Médicas para oferecer serviços médicos de psiquiatria, dermatologia, ginecologia e radiologia na Policlínica Jaguaribe.” (Geraldo).

“Também temos oficinas que realizamos em parceria com o projeto ResisTO da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, do curso de Terapia Ocupacional. No qual, nós realizamos oficinas de capacitação para os órgãos da prefeitura, acerca da população LGBTQIAP+. Além disso, nós realizamos, em parceria com a Secretaria de Educação, oficinas de capacitações nas escolas públicas acerca da igualdade racial. Então, os serviços que nós temos são esses que elenquei das parcerias: a psicologia clínica; odontologia; o exame citopatológico, como, também, a acessória jurídica na coordenadoria.” (Geraldo).

Ressaltamos aqui algumas parcerias que a Coordenadoria possui com as Universidades presentes no estado, estas possuem o papel de devolver serviços à comunidade. As Universidades tem responsabilidades sociais e a extensão universitária é, portanto, uma das funções sociais da Universidade, que tem por objetivo promover o desenvolvimento social, fomentar ações de extensão que levam em conta os saberes e fazeres populares e garantir valores democráticos de igualdade de direitos, respeito à pessoa e sustentabilidade ambiental e social. É, portanto, atribuição da universidade, conforme a resolução do CONSEPE/UFPB N°61/2014: “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e das pesquisas científica e tecnológica geradas na instituição.” (BRASIL, 2014). Alguns exemplos são a parceria com o curso de Terapia Ocupacional da UFPB (através do Projeto de extensão ResisTO), com os residentes multiprofissionais de saúde (práticas complementares de saúde e unidade amiga LGBTQ+), com o curso de odontologia da UNIPÊ (Projeto Riso Trans), com a Faculdade Maurício de Nassau e a Faculdade Internacional da Paraíba (que contribuem com estagiários de psicologia), e com o curso de Direito da UEPB (por meio do GAJU – Grupo de Apoio Jurídico e Universitário de Santa Rita, que trabalhou na questão de criação de banco de dados da população LGBTQIAP+).

As oficinas de capacitação dos profissionais nos serviços municipais, que começaram a acontecer desde 2021 articuladas com o Projeto ResisTO do Laboratório Metuia de Terapia Ocupacional da UFPB, possibilitaram a discussão de gênero e sexualidade com gestores e profissionais de diversos serviços da rede. Outro exemplo de parceria é o RisoTrans, projeto em parceria com o Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ) para cuidar da saúde bucal das pessoas trans no gabinete odontológico.

“Sem dúvidas, o Projeto ResisTO é de extrema importância para a Coordenadoria da Cidadania LGBTQ e da Igualdade Racial nesse momento. Pois, é através do projeto que, a partir de um olhar acadêmico, conseguimos levar as particularidades da população LGBTQIAP+. Então, nesse sentido, a parceria com o projeto se faz extremamente importante.” (Geraldo)

Acerca do serviço de psicologia clínica, na gestão anterior acontecia pela parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, que cedia alguns profissionais para realizarem acompanhamentos psicológicos em um período da semana, e hoje conta com dois psicólogos e em média 20 estagiários que acompanham por volta de 100 pessoas LGBTQIAP+ por semana, que sofreram algum tipo de violência e buscam o processo de psicoterapia.

Já no contexto da pandemia do Covid-19, surgiu a necessidade de articulação com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social para a entrega de cestas básicas e marmitas

para a população LGBTQIAP+ em situação de extrema vulnerabilidade. Hoje, são cerca de 1.500 pessoas LGBTQIAP+ cadastradas na Coordenadoria e que são atendidas em algum dos serviços disponibilizados.

“É uma rede de logística. Tanto nos encaminham, como os CAPS quando recebem alguma demanda, o equilíbrio do ser, por exemplo... qualquer órgão da prefeitura, que recebe alguma demanda voltada para a área da psicologia, para a área da saúde, nos encaminha. E, nós realizamos encaminhamentos diários, como falei, por exemplo, para a Secretaria de Direitos Humanos, no caso de alguém precisar fazer o CADúnico. Quando nós recebemos um usuário que não tem CADúnico, a primeira coisa que fazemos é explicar bem direitinho o que ele precisa ter para fazer. Também, encaminhamos para a Secretaria de Habitação, para a Secretaria de Desenvolvimento Social, enfim. É a porta de entrada para algumas questões da população LGBT e, para outras, realmente, é o oferecimento de serviços mesmo. Por exemplo, a psicologia clínica.” (Geraldo)

Além disso, de acordo com o entrevistado, a coordenadoria tem parcerias com empresas privadas para captação de currículos, promovendo a inserção da população LGBTQIAP+ no mercado de trabalho formal. Também possui parceria com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e a Secretaria de Desenvolvimento Social, para que seja possível, através da comunicação entre os órgãos da prefeitura, fortalecer as políticas públicas para esta população.

Quando questionado sobre o Programa Transcidadania, carro forte da gestão anterior, o atual coordenador apontou algumas questões problemáticas sobre a utilização desse nome e explica a não utilização do nome na gestão atual.

“O programa Transcidadania foi uma ideia do coordenador anterior. O programa Transcidadania não existe de fato. Para ele existir, precisaria ter sido feita uma lei, semelhante à lei que existe no Estado de São Paulo. Infelizmente, nós não temos essa lei, ela não foi realizada e teria que ser proposta pela Câmara Municipal de João Pessoa. Então, nós realizamos o trabalho, que é o trabalho de captação das empresas, mas não mais com o nome do Programa Transcidadania porque, para ser utilizado esse nome, realmente precisaria existir a lei criada pela Câmara Municipal ou propositura do próprio prefeito. Infelizmente, como não ocorreu, nós não utilizamos essa nomenclatura.” (Geraldo)

Atualmente, em sua equipe, conta com um coordenador geral, 5 assessores técnicos, 2 pessoas responsáveis pelos serviços gerais da coordenadoria e um guarda cedido pela secretaria responsável pela junta, observou-se uma discreta diminuição no quantitativo de funcionários em relação a 2019, que eram 7 assessores técnicos.

A coordenadoria articula, mobiliza e compromete gestores públicos, lideranças do movimento social negro, LGBTQIAP+ e a sociedade de um modo geral acerca do reconhecimento, do respeito e afirmação da livre orientação sexual, identidade de gênero e

étnico racial. Também capacitando servidores públicos das diversas secretarias e autarquias com ênfase nos Direitos Humanos, o combate ao racismo institucional, promoção da igualdade racial e da cidadania LGBTQIAP+.

“Nós fazemos o encaminhamento formal, nós fazemos ligações, em alguns casos, quando é necessário e nós temos fichas autoexplicativas com tudo que a pessoa precisa fazer. Por exemplo, se uma pessoa precisa ir na Secretaria de Habitação, nós damos essa ficha e nela consta o que deve ser procurado por essa pessoa, o que ela irá precisar fazer no serviço. Então, nós temos uma pessoa que faz essas explicações, muitas vezes nós realizamos o contato com o próprio órgão, como, por exemplo, o SINE municipal que sempre é feito o contato antes do encaminhamento. E nós fazemos encaminhamentos formais, por exemplo, o CAPS cirandar, que é um órgão que fizemos parceria para atender pessoas LGBT com menos de 18 anos que nos procuram. Já que, na coordenadoria nós não atendemos, nós realizamos esse encaminhamento. O encaminhamento para a delegacia de crimes homofóbicos, nós realizamos através do encaminhamento formal também.” (Geraldo)

É da atribuição da coordenadoria realizar campanhas institucionais de afirmação da identidade negra e da cidadania LGBTQIAP+, assim como promover e apoiar manifestações artísticas e culturais visando efetivar a Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial) e o Programa Brasil sem Homofobia. O entrevistado aponta que, com a parceria de 10 secretarias municipais, a Coordenadoria de Promoção à Cidadania LGBT e da Igualdade Racial da Prefeitura Municipal de João Pessoa celebra importantes avanços conquistados nos últimos anos.

O Centro de Cidadania LGBT, foi inaugurado no dia 17 de maio de 2016 com o objetivo de ser um espaço de pertencimento e acolhimento dessa população, para atender exclusivamente a população LGBTQIAP+, garantindo os direitos integrais à cidadania, colocando em prática políticas públicas para garantir desde a casa própria, a questão da empregabilidade, direitos sociais, direitos à saúde e a educação. O serviço conta com apoio psicológico, jurídico, assistência social e inclusão ao mercado de trabalho.

O Centro também disponibiliza encaminhamentos para o Banco Cidadão, Ouvidoria, bem como acesso às parcerias já firmadas com os programas do Governo Federal como Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida; além de outros serviços de assistência social como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), Centros de Referência da Assistência Social (Cras), Centro POP e as Casas de Acolhida.

“Eu acredito que tenha um bom impacto na vida cotidiana da população lgbt. Porque através da coordenadoria, a população tem acesso a psicologia, a assessoria jurídica, a exames. Têm acesso à odontologia e terão acesso a especialidades médicas e, para além, a população tem acesso à informação que possuem direitos. Então eu acho que uma propositora como a da coordenadoria é de extrema importância para essa população tão marginalizada em João Pessoa e no Estado da Paraíba.” (Geraldo)

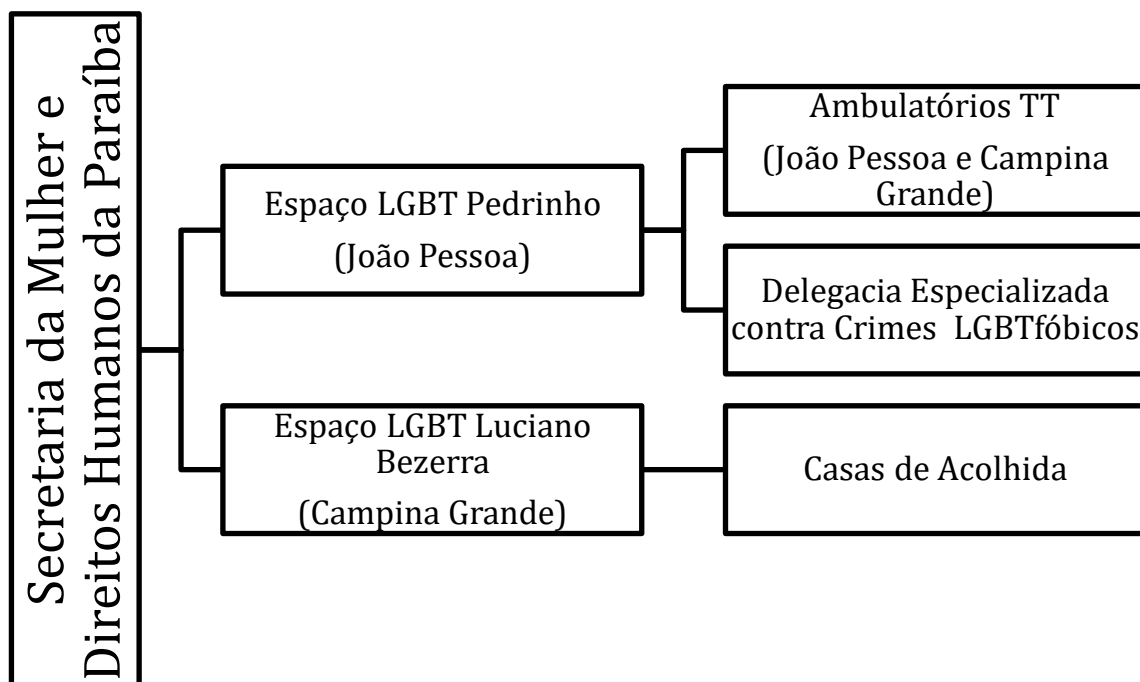
No apoio jurídico à população das travestis e transexuais, existe a orientação em como fazer a retificação de seus nomes, bem como garantir o respeito ao nome social. Havendo também a promoção e inserção ao mercado de trabalho, garantindo empregabilidade em parceria com o Sistema Nacional de Emprego de João Pessoa (Sine-JP), por meio de ações com o serviço e parcerias privadas.

A importância de se ter uma rede em construção para a população dissidente de gêneros e sexualidades no município de João Pessoa é fundamental para compreendermos até que ponto as políticas públicas e os direitos à cidadania dessa população estão sendo garantidos e articulados entre os diversos setores.

Diante da análise das entrevistas, no que tange a construção da rede social de suporte para a população dissidente de gêneros e sexualidades, considera-se que no município de João Pessoa existe uma rede que está em um processo de construção e que ela realiza articulação a nível municipal e estadual, envolvendo os serviços de saúde, educação, assistência social, através de ações intersetoriais e dialogadas entre a rede, visando a inserção desta população e garantindo seus direitos.

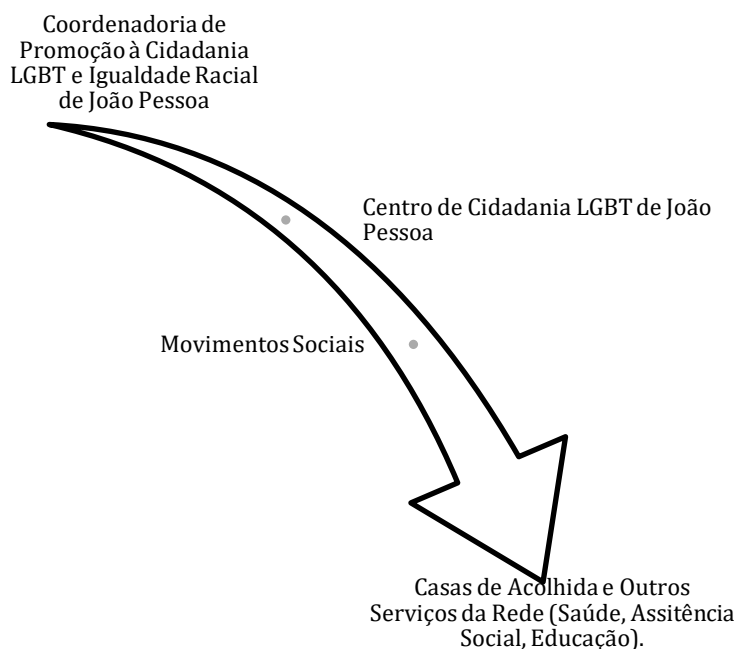
O impacto da pandemia na reconfiguração dos serviços ofertados em todos os equipamentos da rede entrevistados foi de uma grande demanda para a psicologia e para as casas de acolhida. A saúde mental fragilizada e as rupturas cotidianas familiares foram em grandes proporções, causando uma enorme demanda para os serviços nos últimos 2 anos.

Conseguimos identificar que existe uma articulação entre todos os serviços pesquisados. Na política estadual, a Secretaria da Mulher e Direitos Humanos se coloca como o centro dessa rede, fazendo as articulações e garantias necessárias entre os serviços voltados à população dissidente de gêneros e sexualidades, onde os Espaços LGBT's são a porta de entrada para os usuários e usuárias acessarem todas as políticas, direitos e cuidados, assim como os encaminhamentos necessários para os demais serviços, como, por exemplo, os Ambulatórios TT's. Na política municipal, observamos que existe uma semelhança, onde a Coordenadoria Municipal de Promoção à Cidadania LGBT e Igualdade Racial é o centro da rede municipal tendo o mesmo papel de articulações e garantias entre os serviços municipais, onde o Centro de Cidadania LGBT é o principal caminho para os usuários acessarem essa rede e os direitos e cuidados necessários, assim como os encaminhamentos para os demais serviços, como por exemplo, o Centro POP, as Casas de Acolhida, CAPS, dentre outros.



Esquema da Rede Estadual de Serviços População LGBT

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores



Esquema da Rede Municipal da População LGBT de João Pessoa

Fonte: Elaborado pelos Pesquisadores

CATEGORIA 2: REDE EM FORTALECIMENTO: CONSTRUÇÕES QUE BUSCAM AVANÇOS EM DIREÇÃO AO SUPORTE SOCIAL E INSTITUCIONAL À POPULAÇÃO LGBT

Nesta categoria, discutiremos a rede que está em um processo de fortalecimento, trazendo construções que estão buscando avanços em direção ao suporte social e institucional à população LGBTQIAP+, promovendo avanços na construção dessa rede, a interiorização dos serviços e da política no âmbito estadual, a centralidade dos movimentos sociais na construção e resistência da rede frente aos ataques do governo federal. Identificamos mudanças nas ações, equipes, parcerias e projetos, assim como a mudança de gestores nos últimos anos.

“a minha participação nesses contextos políticos foi existindo nesses lugares de diferença, enquanto um homem gay, enquanto homem gay afeminado na escola, que enfrentou muitas situações de violações de direitos e violências. E no contexto da academia, quando chego e percebo bibliotecas e espaços heteronormatizados, com currículos guiados por essa heteronormatividade... a minha militância, se é que é esse nome que a gente pode dar, se dá nesse contexto, se existindo, desmantelando' instituições muito estáveis como família, o contexto religioso, e chegando à academia com essa trajetória implicada no conhecimento e tentando trazer essas discussões para esse lugar que também parecia muito estável, na perspectiva da heteronormatividade, e que pouco parecia se importar comigo, com a minha existência e com as minhas demandas, meu corpo e a minha subjetividade trazia para aquele lugar. Então, meu lugar de envolvimento político, pessoal, é esse, no contexto da academia e minha vivência.” (João)

João reflete que as violências que sofreu na escola enquanto gay, fomentaram seu engajamento nos enfrentamentos da norma heteronormativa, só o fato de existir e não desistir desses lugares é uma “militância”, passando pela academia através de pesquisas na área e atualmente enquanto gestor de um serviço pertencente a rede específica dessa população. A família, a vizinhança e as mídias, por exemplo, constituem dispositivos importantes de reafirmação de formas tradicionais de estar no mundo, ancoradas em rígidas normas de ordenação sócio-sexual. Ao lado de tais dispositivos encontram-se também as escolas. Esforços socializadores realizados a partir de uma distinção de gênero e privilegiando a heterossexualidade podem ser observados em diferentes momentos do cotidiano escolar. Na escola, a adesão ao modelo que separa e hierarquiza masculino e feminino, heterossexual e homossexual, é reforçada a todo tempo através de práticas disciplinares que intervêm no corpo e no comportamento de diferentes indivíduos. Nesse sentido, a escola se apresenta como grande agenciadora de práticas que objetivam reduzir o campo da sexualidade e gênero ao binômio homem/mulher (GOIS, 2011).

A concepção de identidade é importante para a constituição dos mais variados movimentos sociais e também na formulação de políticas públicas, realidades estas que foram importantes para a emergência de territórios subjetivos importantes para pessoas até então

excluídas do exercício da cidadania. Verificamos isso quando revisamos a trajetória do movimento LGBT, por exemplo (SIMÕES, FACHINNI 2009; GREEN, 2001; CARRARA, SIMÕES, 2007; FACHINNI, 2009).

A construção de um movimento social concretizado no controle da execução e formulação de políticas públicas, bem como a existência de organizações não governamentais, podem compor, junto com outros elementos sociais, referências para a consolidação de uma prática de cidadania que passa pela afirmação daquilo (ou daqueles) com quem se identifica: “ser um gestor gay”, por exemplo, “é afirmar uma afetividade que, longe de acentuar o isolamento e a alienação do homem contemporâneo, é uma forma de redefinir práticas políticas [...], uma estética de existência” (LOPES, 2002, p. 38).

Resta dizer que o modo de funcionamento das políticas públicas, estatais por natureza, solicita o exacerbamento de uma diferença, para que esta seja passível de identificação e controle. O movimento social, por sua vez, opera segundo a mesma lógica estatal de focalização. As categorias de reconhecimento atravessam, portanto, movimento social e políticas públicas. O movimento social investe numa construção identitária que está de acordo com uma política pública que tem precedência e gerência, mesmo que o Estado mínimo social apareça apenas como regulador, sobre essa construção (COIMBRA, 2009).

Seguindo o pensamento, entendemos como Coimbra, Lobo e Nascimento (2009) que se o humano, o direito, a cidadania, a identidade “são construções das práticas sociais em determinados momentos, que produzem continuamente esses objetos, subjetividades e saberes sobre eles” (p. 36) é a partir “das experiências de cada um de nós na coletividade, nas nossas práticas e das lutas de nosso tempo histórico” (p. 39), que podemos problematizar esses conceitos e as práticas a eles articuladas.

A violência sofrida por João, em um movimento de afirmação de sua identidade, é considerada por ele um fator que o impulsiona nos seus fazeres cotidianos enquanto gestor. O “Sentir na pele” a violência sofrida por ser da comunidade LGBTQIAP+ o fez mais forte e traz um impulso maior e um prazer em lutar enquanto gestão por essa população.

“o maior desafio da minha vida, é o outro lado do birô, eu agora vou ser cobrado, antes eu cobrava ne?! Antes eu estava na rua quebrando pau na polícia pra manter a população LGBT, a gente fazia ocupação na assembleia legislativa, o companheiro Renan Palmeira foi candidato a vereador, tem um processo na polícia federal por conta de uma porta de vidro que a gente quebrou, eu, ele e Luciano Bezerra, contra um título de cidadão pessoense a Eduardo Cunha, tem um outro processo de invasão da assembleia legislativa na proposta de homenagear, receber Jair Messias Bolsonaro deputado federal numa possibilidade ainda de construir uma candidatura a presidente da república, João Pessoa já queria homenagear... Então foi um desafio muito grande, enfrentar todo mundo, a pauta dos direitos humanos, por mais amiguinho que você seja dos direitos humano, por mais defensor dos direitos humanos, quando você vira governo, você pode se botar nos planos dos direitos humanos, mas a finança não quer,

a administração não quer, a polícia não quer, segurança pública não quer, polícia civil não quer, a educação não quer, a saúde não quer, aí uma secretaria ilha que trabalha com todas as outras quer uma política que ninguém não quer, a gente é uma pedra no sapato” (Fernando)

Tomar as ruas é uma das principais características daquilo que podemos chamar de movimento de autoafirmação LGBT contemporânea. Um marco histórico em que o ativismo pelos direitos LGBT ganha visibilidade foi quando, em 28 de junho de 1968, membros da comunidade levantaram-se contra os desmandos da polícia nova-iorquina que davam mais uma batida e tentavam prender os frequentadores LGBTs do bar Stonewall. Naquela oportunidade, gays e travestis se rebelaram e, à medida que se noticiava tal ocorrência, chegavam reforços policiais e também para os revoltosos (CALIXTO, 2016).

Percebemos que o ativismo e a luta nos movimentos sociais na trajetória dos gestores contribuiu significativamente para o fortalecimento de suas identidades e autoafirmações enquanto pessoas pertencentes da comunidade LGBTQIAP+ e consequentemente em suas atividades como gestores da rede que vai apoiar e fortalecer a sua própria comunidade com ações desenvolvidas, entendendo a realidade delas, unindo a militância social com a militância institucional.

“Construir debates sobre racismo, sobre violência contra a mulher, sobre LGBTfobia, e o resultado desses debates tem sido as prefeituras procurando a gente querendo abrir coordenadorias municipais, dentro da secretaria de ação social a gente quer um coordenador que pense a política LGBT, Itaporanga me procurou esse ano pra se fazer isso em seu município, Itaporanga! Alto sertão! Vamo simhora! Pegou a equipe do espaço LGBT e foi lá fazer formação com as psicólogas, com os assistentes sociais, com os advogados, para criar uma coordenadoria, dali nasce um centro.” (Fernando)

“Na Paraíba nós temos dois centros. Em João Pessoa a gente tem o municipal e um estadual e em Campina Grande tem um estadual, dentro da secretaria, no município não tem uma coordenadoria, assim, um espaço LGBT, tem uma coordenadoria municipal que trabalha na interlocução de atender a população LGBT e encaminhar pra secretaria. Quer tirar um documento LGBT vai pra tal secretaria, você tem em Cabedelo, Conde, outros municípios que tem coordenadoria municipal LGBT, agora isso se varia muito, no sertão é muito pouco, no Cariri zero porque são cidades “deste tamanho”, se dizer que é gay já é um escândalo, se for travesti então, nem sai pra rua ne?! Então é um processo de mudança mesmo de consciência e a gente tem provocado muito as gestoras, geralmente a maioria são secretarias de ação social, pra criarem dentro dos seus organismos políticas para mulheres e encaixar lá já, LGBT, igualdade racial, intolerância religiosa, pra começar esse debate, não precisa de muita coisa, se você fazer só no seu município no dia da visibilidade trans, fazer um carro e dizer que aquele prefeito, que aquela gestão não tem preconceito e dá a cara a uma travesti da cidade, já é um avanço muito bom” (Fernando)

A interiorização dos serviços foi um grande avanço nos últimos 2 anos na construção e fortalecimento da rede social de suporte, antes concentradas na capital e região metropolitana de João Pessoa. Este movimento de interiorização da política advém da pressão popular, principalmente dos movimentos sociais e do diálogo do estado com estes, a partir da

identificação das demandas necessárias para a construção de serviços com a verba estadual ou até mesmo a sensibilização com governos municipais para a implementação de políticas e serviços voltados à população dissidente de gêneros e sexualidades na Paraíba.

Conseguimos identificar que um dos principais avanços nos últimos anos foi a construção e implementação oficial de uma rede de suporte com a participação de vários serviços específicos para a população LGBTQIAP+. A Rede de Combate à LGBTfobia, mais conhecida como “*HELP*”, foi constituída em 2021, a partir da necessidade dos gestores dos serviços estaduais e os movimentos sociais paraibanos se unirem e formalizarem a rede para maior diálogo, aproximação e articulação entre estes. Participam da “*HELP*”, os dois ambulatorios TT (João Pessoa e Campina Grande), os dois espaços LGBTQIAP+ (João Pessoa e Campina Grande), a delegacia especializada em crimes homofóbicos e diversos movimentos sociais estaduais. Comparando com os resultados da pesquisa de Iniciação Científica, realizada em 2019-2020, na qual os gestores apontaram inexistir a formalização de uma rede nesse sentido. Então, consideramos um grande avanço, devido a articulação dos serviços e resistência dos movimentos sociais em proporcionar um avanço nessa política, mesmo em tempos de ataques e desmontes da política pública, com falta de incentivos e corte de verbas para estas pastas específicas.

Três serviços tiveram mudanças de gestores nos últimos 2 anos: Espaço LGBTQIAP+ Coordenadoria Municipal LGBT e a Secretaria da Mulher. Com a mudança de gestores, observou-se também mudanças nas equipes, nas parcerias e também nos projetos destes. A Gerência Executiva LGBT da Secretaria da Mulher e Direitos Humanos da Paraíba, apresenta-se como serviço essencial para a retomada de fôlego dentro da rede, com um gestor advindo do movimento social e engajado em promover renovações e inovações dentro dos serviços estaduais. Sua equipe é composta por pessoas de diferentes identidades e plurais, como homens e mulheres trans.

“Porque quando abrimos os prontuários, sabemos a realidade de todo o usuário, conseguimos visualizar como ele chegou, o que foi superado, o que permanece, o que se agravou. E essa descrição, uma vez que a gente não tem nem, mesmo a nível nacional, uma base de dados que traga as situações de violência com relação à população LGBTQIAP+ a não ser por iniciativa de coletivos e da sociedade civil, organizações sociais, a gente estando neste lugar de referência, de um único equipamento dentro de uma capital, a gente precisa ter segurança nessas informações, então quando a gente tem essas descrições nos prontuários, essas evoluções, a gente consegue pensar projetos, programas, serviços e ações, para que a gente identifique essas vulnerabilidades e consiga modificar esses panoramas e trazer novas aquisições para essas pessoas. Eu estou buscando recuperar essa memória, porque é desde 2011, é muito tempo, vou fazer isso dentro das minhas possibilidades, e do tempo que eu permanecer, porque a rotatividade é uma realidade dentro desses equipamentos, mas esse foi um dos meus objetivos.” (João).

O Espaço LGBT “Pedrim”, com a mudança de gestão, vem buscando resgatar a memória e as histórias dos usuários e usuárias dos serviços através de prontuários. Como um pesquisador da área e enquanto gestor, ir atrás das memórias do serviço desde 2011 faz-se necessário em sua visão, pois o resgate das histórias antigas de todos os/as usuários(as) do serviço e a manutenção dessa proposta de acolhimento com o uso de prontuários, para sempre possuir as histórias, as necessidades das pessoas, para se analisa-los e se pensar em ações, estratégias e programas necessários.

A Coordenadoria LGBTQ+ de João Pessoa, com a saída de um gestor mais envolvido com os movimentos sociais e a militância e a entrada de um gestor advogado, que não fez parte de movimentos sociais, porém é pesquisador da área, conseguimos perceber algumas mudanças nas ações e projetos.

“A odontologia, o citopatológico e, agora, a parceria para levar as especialidades médicas. Então, na minha gestão, nós conseguimos essas parcerias para levar essas políticas públicas para a população LGBTQ. Nesse momento, a minha grande meta é construir um consultório odontológico na Coordenadoria. É minha principal meta da gestão, que é uma parceria com a UNIPÊ, nós conseguimos a cadeira e estamos na luta para tentar construir esse consultório odontológico. Essa é minha principal meta. E, minha principal meta, a curto prazo, é, realmente, fechar essa parceria para levar as especialidades médicas para a população, em parceria com a Faculdade de Ciências Médicas.” (Geraldo)

O serviço tem como meta levar as especialidades médicas para a população LGBTQIAP+, com parcerias com a Faculdade de Ciências Médicas e consultório odontológico e Citopatológico pela UNIPÊ. O foco da gestão está em promover acesso à saúde para esta população, através da oferta de serviços especializados, visto que o acesso desta população a estes serviços são escassos, além dos vários tipos de violências que sofrem nos serviços de saúde gerais, com citamos na introdução.

Uma das principais ações atualmente é a parceria com o projeto ResisTO na formação e capacitação de profissionais de órgãos da prefeitura acerca das temáticas da População LGBTQIAP+ e como pode haver o acolhimento desta população nesses serviços, que não necessariamente fazem parte da rede específica, mas estariam capacitados para receber pessoas dissidentes de gêneros e sexualidades. O gestor entende que a parceria com o Projeto ResisTO da UFPB, é extremamente importante para a Coordenadoria nesse momento, pois, “é a partir do olhar acadêmico desse projeto que conseguem levar para as oficinas particularidades da população LGBTQIAP+”. Também é necessário destacar as parcerias com as esferas privadas, como empresas, mercados, escolas, universidades privadas, para formação e contratação das pessoas dissidentes que precisam e querem estar nesses espaços.

Diante disso, observa-se um evidente avanço nos últimos 2 anos em toda a Política LGBTQIAP+ no estado, principalmente, devido a resistência, força e articulação dos movimentos sociais paraibanos. A construção da Rede Estadual de Combate LGBTfobia, a interiorização de serviços e da política estadual, a centralidade dos movimentos sociais na construção da rede, no fortalecimento dos serviços e como resistência aos retrocessos políticos dos últimos anos.

4.4 CATEGORIA 3: “OS NOSSOS GRANDES ENTRAVES SE DÃO PELA LGBTFOBIA INSTITUCIONAL”: DESAFIOS PARA O FORTALECIMENTO DA REDE DE SUPORTE VOLTADA À POPULAÇÃO LGBT

A partir da análise das entrevistas acerca das principais dificuldades enquanto gestores dos serviços para esta população específica, os gestores apontaram que dentre os desafios existentes, o que mais dificulta e traz entraves na articulação entre os serviços, é a LGBTfobia Institucional.

“A grande dificuldade é a LGBTQIAP+fobia, acho que não poderia dar outro nome a isso. Os nossos grandes entraves se dão pela LGBTfobia, o não acolhimento, o não encaminhamento, o não desejo de viabilizar, a gente conta com essa realidade quando se trata da população LGBT. A não atenção àquele caso, ou até mesmo não saber lidar, não saber o que fazer, como eu disse, existem pessoas e profissionais que não sabem nada das letrinhas, mas não sabem nem que são heterossexuais e a implicação disso em uma vida. Não tem muito o que problematizar, a LGBTQIAP+fobia é o nosso maior entrave na realização dos serviços” (João).

É necessário recuperar o conceito de LGBTfobia institucional que, de maneira resumida, trata-se do modo como as instituições e seus agentes reproduzem, por ação ou omissão, condutas discriminatórias ou hostis contra a população LGBT em virtude da sua orientação sexual e identidade de gênero (PRADO, 2009).

A fala de João evidencia a LGBTfobia institucional, ele aponta para os entraves que esta causa ao serviço, como por exemplo: “o não acolhimento, o não encaminhamento, o não desejo de viabilizar e até mesmo não saber lidar com determinadas situações”, fazendo referência a profissionais não capacitados com a temática e que reproduzem a violência institucional.

“Os maiores desafios são, realmente, a logística. O poder público, como um todo, no cenário nacional, é extremamente burocrático e, sem dúvidas, isso é uma dificuldade. A questão é que, o fundamentalismo existe em todo lugar e, na prefeitura isso não seria diferente. Nós precisamos levar mais capacitação e fazer com que os órgãos da

prefeitura, assim como os órgão como um todo, da esfera estadual e, em especial, da esfera federal. Para que possam ter entendimento sobre as particularidades da população LGBTQIAP+. Então, é por isso que nós realizamos, inclusive, as oficinas em parceria com o Projeto ResisTO nos órgãos da prefeitura.” (Geraldo)

Geraldo traz que a logística da política é um grande desafio. Traz questões sobre o sistema extremamente burocrático em que vivemos e como este atrapalha as ações do serviço. Enfatiza a necessidade de levar capacitação e fazer com que os órgãos e serviços possam ter entendimento sobre as particularidades desta população, reafirmando a importância da parceria com o projeto ResisTO nessas ações de capacitação, para que tenhamos serviços com menos LGBTfobia institucional.

“as dificuldades ainda são as instituições que comentem institucionalmente a LGBTfobia, o racismo, isso é muito comum. É um processo de educação em curso, as pessoas estão vendo que é feio, as pessoas estão vendo que é crime, as pessoas estão vendo que aquilo mata, né?! E isso é um processo é uma dificuldade, mas assim, na Paraíba é muito tranquilo já esse debate, por conta, em João Pessoa por conta da luta de anos, o MEL vai fazer 30, o Maria Quitéria vai fazer 20, então muitos anos na luta, apanhando, dando a cara e os governos só aceitando ne?! Já teve um diálogo numa reunião, nessa questão dos banheiros nos ambientes públicos, a gente tem que entrar, banheiro não tem gênero não e travesti tem que usar o banheiro que ela quer, a pessoa tem que usar o banheiro que quiser, não sou eu que sou dono da verdade que travesti tem que usar o masculino ou que o homem trans. tem que usar o feminino, banheiro não tem gênero, acho que a gente tem que se preocupar com a pessoa e não com o banheiro.” (Fernando)

Fernando lembra que a LGBTfobia atualmente é encaixada como crime de racismo, mas que mesmo assim ainda é difícil as pessoas respeitarem às identidades desta população. Evidenciamos aqui a lei LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989 que dispõe sobre a punição dos crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Por decisão do STF, até que o Congresso Nacional aprove uma lei específica, as condutas LGBTfóbicas podem ser igualados aos crimes de racismo (BRASIL, 2019). A falta de diálogo com outros serviços, que poderia contribuir com o fortalecimento da rede, mas que possuem gestores LGBTfóbicos, atrapalha o andamento das ações e projetos.

Assim, o sexo e a sexualidade, segundo Rubin (2017), são sempre políticos (assim como o gênero). Assim, as formas como eles se relacionam com as pessoas e suas vidas são produtos da atividade humana e variam conforme o tempo e os contextos, gerando “desigualdades e modos de opressão próprios”. O domínio da sexualidade possui a sua própria política interna. Para Rios (2006, p. 74), “a sexualidade é um dos pontos mais polêmicos e de difícil progresso na luta contra privações de direitos e limitações de oportunidades”. Ainda que pequenas vitórias aconteçam e que se fortaleçam movimentos como o feminista, o LGBTQIAP+ e o de profissionais do sexo, esses grupos ainda não acessam seus direitos advindos da cidadania (BENEVIDES, 2018).

Um exemplo do tratamento desigual dado aos cidadãos e naturalizado pela sociedade, que discutimos nesse trabalho, é a LGBTfobia, que é possível compreender a partir da fala de Bahia (2017, p. 491), que, ao comentar as violências praticadas contra pessoas LGBT, observa que as violências físicas sofridas por essa minoria possuem características próprias. Isso significa que não se tratam de atos de violência generalizada que, por acaso, atingem pessoas LGBTQIAP+ igualmente, como partes iguais de um contexto social. São, na verdade, crimes pensados e planejados contra esse grupo, “algo direcionado especificamente e com *modus operandi* próprio e característico”. Quando as ONGs anunciam os assustadores números de mortes de LGBTQIAP+, elas não estão falando sobre acidentes de trânsito, doenças terminais ou balas perdidas. Os crimes LGBTfóbicos são, essencialmente, crimes de ódio, planejados e executados contra integrantes dos grupos que compõem a população LGBTQIAP+ com a finalidade de exterminar aquela diferença que destoa do padrão e, por isso, incomoda (BENEVIDES, 2018). Ao negligenciar ou ter atos discriminatórios com a população, ou até mesmo não pensar no acolhimento dessa população, as instituições cometem o mesmo crime, no caso, a LGBTFobia Institucional.

Identifica-se que as políticas do município e estado são separadas e pouco dialogam, como se fossem duas redes distintas. Essa questão traz dificuldades na articulação entre os serviços especializados para esta população, assim como no enfrentamento à LGBTfobia institucional.

Assim, nos últimos 2 anos, observamos um significativo avanço na política estadual, enquanto na municipal não observamos grandes transformações neste período. Uma hipótese pode ser pelo fato da nova gestão municipal, aqui nos referimos à prefeitura, ser mais conservadora, de partido conservador e ligada indiretamente ao governo Bolsonaro. Já o governo estadual é de partido centro-esquerda e diretamente ligado ao ex-presidente Lula, assim como ao Ex-governador Ricardo Coutinho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo, e articulando seus resultados com os do PIBIC, evidencia-se a construção de uma rede de suporte voltada à população LGBTQIAP+, com a formalização de uma rede estadual de enfrentamento à LGBTfobia (*Help*). Esta construção foi fruto da força e da resistência que o movimento social paraibano possui, assim como sua relevância para as gestões estaduais e municipais, principalmente, a estadual, no atual momento.

Os objetivos dessa pesquisa foram respondidos, pois conseguiu-se descrever e caracterizar os serviços existentes, considerados parte da rede social de suporte voltada à população LGBTQIAP+ em João Pessoa; Identificou-se as potencialidades e as dificuldades enfrentadas pelos gestores da referida rede; Elencou-se ações e projetos elaborados e implementados junto aos gestores dos serviços que compõem as redes sociais de suporte; Assim como abordou-se as transformações nos serviços de suporte considerando a troca do governo municipal em 2021 .

Através da análise dos dados, destaca-se que a rede social de suporte está em processo de construção e de grandes avanços, mesmo diante do cenário nacional de desinvestimento nas políticas públicas; A articulação entre os diversos setores, como: saúde, educação e assistência social é realizada tanto no âmbito municipal, quanto estadual; Os serviços possuem gestores ativistas e engajados em fortalecer essa rede; Existe um diálogo forte entre as gestões e os movimentos sociais, bem como, existe um bom diálogo com prefeito (no caso dos serviços municipais) e governador (no caso dos serviços estaduais).

Assim, destaca-se que apesar da precarização do trabalho para os gestores e equipe técnica serem enormes, assim como a política pública para esta população, existem esforços dos gestores dos serviços para a articulação em rede, com comunicações importantes com os governos municipal e estadual, dispostos a desenvolver políticas que partam das necessidades da população dissidente de gêneros e sexualidades, buscando a garantia de seus direitos e o exercício da cidadania.

Identifica-se uma falta de representatividade na gestão, de mulheres cis ou trans, o que pode-se atrelar ao machismo e transfobia institucionalizados, principalmente nos cargos de gestão. Ainda que nas equipes nós conseguimos identificar mulheres cis e/ou trans, na gestão, isso não foi evidente, visto que todos os entrevistados foram homens cis. O que traz uma falta de representatividade ou pouca representatividade de mulheres gerenciando esses serviços.

Atualmente, as perspectivas de crescimento e fortalecimento desta rede são muito grandes, visto que, está em processo de construção o I Plano Estadual de Promoção à Cidadania e Direitos Humanos LGBTQIAP+, considera-se este, um marco na política estadual voltada a esta população. Este plano, que está sendo elaborado de forma coletiva na Paraíba com a participação da sociedade civil e entidades comprometidas com a defesa e os direitos da vida das pessoas LGBTQIAP+. O edital da chamada pública foi publicado no Diário Oficial de 27 de abril deste ano. A iniciativa é do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana e do Conselho Estadual dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais da Paraíba (CEDLGBT).

O documento será baseado nas orientações do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) de 2009, do Plano Nacional de Promoção da Cidadania LGBT de 2009, das deliberações das I, II e III Conferências Estaduais LGBT da Paraíba e apresentam a soma de esforços e trabalhos acumulados entre os governos, a sociedade civil e entidades. O critério norteador na determinação das propostas será sua exequibilidade fática, jurídica, técnica e orçamentária. Cada proposta será analisada por um Grupo de Trabalho. O lançamento e Entrega do Plano Estadual de Promoção à Cidadania e Direitos Humanos LGBTQIAP+ à sociedade será no dia 28 de junho de 2022 e após plenária de aprovação será divulgado nas redes sociais (BRASIL, 2022).

A partir dos achados desta pesquisa, sugerimos aqui que se pautem uma agenda de pesquisas acerca da rede social de suporte, suas articulações em busca da garantia dos direitos. É necessário o acompanhamento do processo do I Plano Estadual de Promoção à cidadania e direitos humanos LGBTQIAP+ para conhecer como serão decididas as ações a nível estadual e municipal, os serviços que participarão, projetos, coletivos, empresas, universidades, para entendermos uma rede maior e mais complexa. Também faz-se necessário investigar com os e as usuários(as) destes serviços, suas visões em relação a estes e a visão dos movimentos sociais em relação aos serviços e as gestões.

Este estudo teve grande relevância, pois partindo da visão dos gestores, de como se configuram os serviços pertencentes à rede municipal e estadual, compreende-se desde a configuração, à caracterização pessoal dos gestores, seus envolvimento em movimentos sociais, de onde partiram e para onde pretender seguir. Agora, com o fim do mandato do governo Bolsonaro e governo estadual, podem surgir novos vislumbres e perspectivas à frente.

6 REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BAUER, M.W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W. GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 189-217.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, 2006, p. 236.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas,

Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 dez. 2011. Seção 1, p. 35.

BRASIL. Ministério da Saúde habilita Clementino Fraga para procedimento transexualizador. BRASIL: 2018. Disponível em: <<https://paraiba.pb.gov.br/noticias/ms-habilita-clementino-fraga-para-procedimento-transexualizador>>. Acesso em: 22 maio. 2022

BRASIL. A Secretaria. João Pessoa: 2019. Disponível em: <<https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-mulher-e-da-diversidadhumana/institucional/a-secretaria>>. Acesso em: 22 maio.2022.

BRASIL. Coordenadoria LGBT. João Pessoa: Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2017. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/coordenadoria-lgbt/>>. Acesso em: 22 maio. 2022

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Violência faz mal à saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALIXTO, A.A.; CÔRTEZ, G.R.; SOARES, G.S. Rompendo o silêncio: a informação no espaço LGBT do estado da Paraíba. **Archeion Online**, João Pessoa, v.4, n.2, p.83-105, jul./dez. 2016.

CASTEL, R. Da indigência à exclusão, a desfiliação. Precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, A. (Org.) **Saúde Loucura**, n.4. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 21-48.

COIMBRA, LOBO, NASCIMENTO. Por uma invenção ética para os Direitos Humanos. **Periódicos UFF**, Rio de Janeiro, 2009.

COLLING, L. Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer. Salvador: **EDUFBA**, 2015

CORREIA, R. L.; AKERMAN, M. Desenvolvimento local participativo, rede social de suporte e ocupação humana: relato de experiência em projeto de extensão. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 159-165, 2015. DOI: 10.11606/issn.2238-6149.v26i1p159-165. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/69564>. Acesso em: 23 maio. 2022.

DESLANDES, S. F. Redes de proteção social e redes sociais: uma práxis integradora.

GALVANI, D. Pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo: itinerários e estratégias na construção de redes sociais e identidades. 2008. 273 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – **Universidade de São Paulo**, São Paulo, 2008.

LEITE, J.R; LOPES, R.E. Travestilidade, transexualidade e demandas para a formação de terapeutas ocupacionais. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos,v. 25, p. 481-496, 2017.

FERRAZ, D.; KRAICZYK, J. Gênero e políticas públicas de saúde: construindo respostas para o enfrentamento das desigualdades no âmbito do SUS. **Revista de Psicologia da Unesp**, Assis, v. 9, n. 1, p. 70-82, 2010.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: 2007.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira; MATTOS, Amana Rocha. “Terapias de Conversão” Histórico da (Des) Patologização das Homossexualidades e Embates Jurídicos Contemporâneos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, 2020.

GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 189-217.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 79-108.

GROSS, CARLOS. O SUS fora do armário: concepções de gestores municipais de saúde sobre a população LGBT. **Saude soc.** vol.27 no.4 São Paulo out./dez. 2018

JUNQUEIRA, Rogério. “Não temos que lidar com isso. Aqui não há gays nem lésbicas!” - Estados de negação da homofobia nas escolas. Trabalho apresentado na **32º Reunião da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação**, Caxambu, 2009. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT23-5575--Int.pdf>>. Acesso em: 22 de maio de 2022.

LEITE, J.R; LOPES, R.E. Travestilidade, transexualidade e demandas para a formação de terapeutas ocupacionais. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional** , v. 25, p 481-496, 2017.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MELO,K. M.M. Terapia Ocupacional Social, pessoas trans e Teoria Queer: (re)pensando concepções normativas baseadas no gênero e na sexualidade. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 24, n. 1, p. 215-223, 2016.

MELO, K. M. M.; MONZELI, G. A.; LEITE JUNIOR, J. D. A formação de terapeutas ocupacionais e a questão dos gêneros e das sexualidades. In: SILVA, R.A.S.; BIACHI, P.C.; CALHEIROS, D.S.(Org.) **Formação em Terapia Ocupacional no Brasil: pesquisas e experiências no âmbito da graduação e pós-graduação**. 1ed.São Paulo: FiloCzar, 2018, v. 1, p. 225-242.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis. Rio de Janeiro. Vozes, 2018.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: a pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 150-182, 2009.

MONZELI, G. A.; FERREIRA, V. S.; LOPES, R.E. Entre proteção, exposição e admissões condicionadas: travestilidades e espaços de sociabilidade. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 23, p. 451-462, 2015.

MONZELI, G. A. Em casa, na pista ou na escola é tanto babado: espaços de sociabilidade de jovens travestis. 2013. 101 f. **Dissertação de Mestrado em Ciências Biológicas e da Saúde** - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

MONZELI, G. A. Terapia ocupacional social, gêneros e sexualidades. In: LOPES, R.E. MALFITANO, A.P.S (Org.) **Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos**. 1ed.São Carlos: EDUFSCar, 2016, p. 359-364.

MONZELI, G. A. Terapia ocupacional social, gêneros e sexualidades. In: LOPES, R.E. MALFITANO, A.P.S (Org.) **Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos**. 1ed.São Carlos: EDUFSCar, 2016, p. 359-364.

Morais AVC, Cortes HM. Cirurgia de redesignação sexual: implicações para o cuidado. J. nurs. health. 2020;10(3): e20103002

NETTO, J. P. Introdução ao estudo do método de Marx. 1 ed. São Paulo: **Expressão Popular**, 2011.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PEDRA, Caio Benevides et al. Direitos LGBT: a LGBTfobia estrutural na arena jurídica. 2018.

SILVA, Aline Ferraz da. Pelo sentido da vista: um olhar gay na escola. 2008. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

SLUZKI, C. E. A Rede Social na Prática Sistêmica: alternativas terapêuticas. 3a ed. São Paulo: **Casa do Psicólogo**, 2006.

SLUZKI, C. E. Redes pessoais sociais e saúde: implicações conceituais e clínicos de seu impacto recíproco. **Famílias, Sistemas & Saúde**. v. 28, n. 1, p. 1-18, 2010.

SOUZA NETTO, M.R. Midiatização, representações, violência: paradoxos das experiências lgbt no Brasil contemporâneo. **Periódicos UFMS**, Mato Grosso do Sul, v.7, n.13, p. 122-148, 2015.

SOUZA, M. B. C. A. de. Política Nacional de Saúde Integral LGBT: ações teóricas e práticas no estado da Paraíba/Brasil: ações teóricas e práticas no estado da Paraíba/Brasil. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [S. l.], v. 13, n. 21, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpn.br/bagoas/article/view/20716>. Acesso em: 11 maio. 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2019. Rio de Janeiro: 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25278-ibge-divulga-as-estimativas-da-populacao-dos-municipios-para-2019>>. Acesso em: 22 mai. 2022.

MELO, K. M. M. Terapia Ocupacional Social, pessoas trans e Teoria Queer: (re)pensando concepções normativas baseadas no gênero e na sexualidade. **Cad. Ter.Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 24, n. 1, p. 215-223, 2016.

MELO, K. M. M.; MONZELI, G. A.; LEITE JUNIOR, J. D. A formação de terapeutas ocupacionais e a questão dos gêneros e das sexualidades. In: SILVA, R.A.S.; BIACHI, P.C.; CALHEIROS, D.S.(Org.) Formação em Terapia Ocupacional no Brasil: pesquisas e experiências no âmbito da graduação e pós-graduação. 1ed.São Paulo: **FiloCzar**, 2018, v. 1, p. 225-242.

MONZELI, G. A.; FERREIRA, V. S.; LOPES, R.E. Entre proteção, exposição e admissões condicionadas: travestilidades e espaços de sociabilidade. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 23, p. 451-462, 2015.

SILVA, Ligiane Aparecida da; LIMA, Rosilene de. Jacques Le Goff: Estudo de conceitos em história da educação. In: **IX Congresso Nacional de Educação**. 2009. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3122_1893.pdf>. Acesso em: 23 maio. 2022.

SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: **Fundação Perseu Abramo**, 2009.

FACCHINI, R. **Sopa de Letrinhas: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

GOMES, J. C. Direitos Humanos, Educação e Cidadania LGBT: Análise das Ações do Programa Brasil Sem Homofobia em João Pessoa/ PB. 2016. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016

RODRIGUEIRO, Daniela Aparecida; PALUMBO, Livia Pelli. A homotransfobia como crime de racismo social e o julgamento da Suprema Corte brasileira. **Revista de Direitos Humanos e Efetividade**, v. 5, n. 2, p. 60-79, 2019.

FLORES, Caroline Mattos. Diversidades encarceradas: uma análise sobre a LGBTfobia institucional no sistema de justiça criminal brasileiro. 2018.